



FLÁVIA BELMONT

**A resistência à ocupação também é colorida: o *pinkwashing* israelense como tentativa de estigmatização da população palestina**

João Pessoa

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FLÁVIA BELMONT**

**A resistência à ocupação também é colorida: o *pinkwashing*  
israelense como tentativa de estigmatização da população palestina**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a conclusão do  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Federal da  
Paraíba.

Orientadora: Profa. Ms. Xaman Korai Pinheiro Minillo

João Pessoa

2016

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B451r Belmont, Flávia.

A resistência à ocupação também é colorida: o *pinkwashing* israelense como tentativa de estigmatização da população palestina / Flávia Belmont. – João Pessoa, 2016.

76f.:il.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Ms. Xaman Korai Pinheiro Minillo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. *Pinkwashing*. 2. Israel – Palestina. 3. Anticolonialismo. 4. Orientalismo. 5. Relações internacionais. I. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 10, o Trabalho de  
Conclusão de Curso

“A resistência à ocupação também é colorida: o pinkwashing israelense como tentativa  
de estigmatização da população palestina”

Elaborado por

*Flávia Belmont de Oliveira*

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Bacharel em Relações Internacionais.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Xaman Korai Pinheiro Minillo – UFPB (Orientador)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvia Garcia Nogueira – UEPB

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Maielo Silva- UEPB

João Pessoa, 21 de junho de 2016.

## RESUMO

O *pinkwashing*, termo criado pelo movimento gay contra a ocupação dos territórios palestinos, é uma estratégia de propaganda LGBT israelense que objetiva destacar a modernidade e a diversidade de Israel, consequentemente recebendo empatia internacional e degradando a imagem do povo palestino como uma comunidade homofóbica e radical. A pesquisa propõe estudar este aspecto do conflito Israel-Palestina, inserido em um maior espectro que opõe a modernidade ocidental ao “barbarismo” do Oriente utilizando-se da bandeira pró-LGBT. Destaca-se positivamente a resistência da luta *queer*/anticolonial palestina contra o *pinkwashing* e a solidariedade internacional que a fortalece. Aportes teóricos pós-coloniais e pós-modernos serão usados, tendo em vista que as teorias tradicionais de Relações Internacionais são notadamente eurocêntricas e estadocêntricas, favorecendo as narrativas ocidentais, omitindo a história de violência e desapropriação que marcou e ainda marca os povos colonizados sob o objetivo do estabelecimento do Estado, e negligenciando a capacidade de ação política e autorrepresentação dos povos e nações do Oriente, especialmente aqueles árabes/muçulmanos.

**Palavras-chave:** Pinkwashing. Israel-Palestina. Orientalismo. Relações Internacionais. Anticolonialismo.

## **ABSTRACT**

Pinkwashing, a term coined by the gay movement against the occupation of Palestinian territories, is a pro-LGBT Israeli propaganda strategy that aims to emphasize Israel's modernity and diversity, consequently attracting international empathy and degrading Palestine's image as a radical and homophobic community. The present research offers an analysis on this aspect of the Israeli-Palestinian conflict, located within the greater spectrum of Western modernity opposed to Eastern 'barbarism', an opposition marked by the instrumentalization of LGBT rights. Here, Palestinian queer/anticolonial struggle and its international solidarity against pinkwashing is positively highlighted. A post-modernist and postcolonial theoretical framework was chosen, given that International Relations mainstream theories are notably Eurocentric and state-centric, favoring Western narratives and omitting a history of violence and expropriation that has inflicted colonized people under the purpose of State settlement and also overlooking the capacity of political agency and self-representation of peoples and nations from the East, specially Arabs/Muslims.

**Keywords:** Pinkwashing. Israel-Palestine. Orientalism. International Relations. Anti-colonialism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 - <i>PINKWASHING</i>, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERDISCIPLINARIDADE .....</b>	<b>13</b>
1.1 - PRIMEIROS CONCEITOS .....	14
1.2 - A DESMISTIFICAÇÃO DAS TEORIAS TRADICIONAIS.....	16
1.3 - INTRODUÇÃO À CRÍTICA PÓS-COLONIAL .....	18
1.4 - A SEXUALIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	21
<b>2 - CONTEXTO: O HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE, O INVESTIMENTO EM PROPAGANDA E A RESISTÊNCIA PALESTINA.....</b>	<b>24</b>
2.1 - OCUPAÇÃO E COERÇÃO DESDE 1948 .....	25
2.2 - A SEGREGAÇÃO DENTRO DO ESTADO DE ISRAEL .....	27
2.3 - A PROPAGANDA ISRAELENSE .....	30
2.4 - A RETÓRICA DA TOLERÂNCIA ISRAELENSE, <i>PINKWASHING</i> E O MEDO SELETIVO.....	33
2.5 - MAPEAMENTO: A MILITÂNCIA QUEER PALESTINA.....	36
<b>3 - APORTES TEÓRICOS - DESCONSTRUIR AS RI TRADICIONAIS: PÓS- COLONIALISMO E PÓS-MODERNISMO .....</b>	<b>40</b>
3.1 - O ESTREITISMO DAS TEORIAS TRADICIONAIS .....	41
3.2 - ADENTRANDO O PÓS-COLONIALISMO .....	46
3.3 - O PÓS-MODERNISMO ATIVO .....	53
<b>4 - A QUEM SERVEM AS BENESSES DA MODERNIDADE? <i>PINKWASHING</i>, INSTRUMENTALIZAÇÃO DE DIREITOS E A LUTA <i>QUEER</i>/ANTICOLONIAL .....</b>	<b>58</b>
4.1 - INSTRUMENTALIZANDO DIREITOS, DESCARTANDO CIDADÃOS .....	60
4.2 - A LUTA <i>QUEER</i> /ANTICOLONIAL.....	63
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>72</b>

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata à minha família, que com amor e dedicação me permitiu viver, na universidade, um período muito bonito e rico de experiências acadêmicas e pessoais. Agradeço também aos amigos que me acolhem, entendem e ajudam. Às meninas e mulheres da Frente Feminista UFPB do Levante Popular da Juventude e da Marcha Mundial de Mulheres que se fortaleceram junto comigo e inspiraram enormemente a minha formação política. Às pessoas que nos últimos cinco anos me marcaram pela sensibilidade com que veem o mundo e pelo cuidado e compreensão com que tratam o desconhecido.

À minha orientadora, Prof. Ms. Xaman Minillo, a quem agradeço pela confiança em mim depositada e pelo entusiasmo em relação ao tema escolhido, mesmo tão novo e desafiador. A paciência para com meus devaneios, as correções detalhistas e as reuniões tão animadoras e revigorantes foram fundamentais para o crescimento do meu interesse pelo assunto e pelo prazer com que conduzi os estudos. Também a agradeço pela ética e pelo cuidado com que transmite conhecimento para as pessoas afortunadas que têm a oportunidade de serem seus alunos.

Ao Prof. Dr. Thiago Lima, que muito atenciosamente me guiou na realização de meus primeiros trabalhos científicos, devo gratidão. Também, a todo o Departamento de Relações Internacionais, que, de forma bastante organizada, se empenha em ouvir as sugestões das(os) alunas(os) e estabelecer, entre todas as partes, uma relação horizontal e amistosa. E, especialmente, àquela(e)s discentes que, conscientes da necessidade de relacionar o ensino à ação política, buscam trabalhar de forma engajada, tendo em mente que a neutralidade científica é impossível.



## **EPÍGRAFE**

“Não há orgulho para algumas de nós sem libertação para todas nós.”

“No pride for some of us without liberation for all of us.”

Micah Bazant

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDS – Boycott, Divestment and Sanctions

BLM – Black Lives Matter

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

PQBDS – Palestinian Queers for Boycott, Divestment and Sanctions

RI – Relações Internacionais

QuAIA – Queers Against Israeli Apartheid

## INTRODUÇÃO

A aparente cronicidade do conflito Israel-Palestina é um assunto de grande interesse da comunidade internacional, apesar de pouco discutido na literatura convencional de Relações Internacionais. No século XXI, o conflito alcança uma fase curiosa, em que a propaganda e as possibilidades de comunicação transnacional facilitam novas formas de estratégia de ataque e de resistência. Este trabalho não trata, no entanto, de ataque e resistência pelo uso de armas nucleares ou de fogo, mas sim de ferramentas mais sutis utilizadas pelos Estados. Do lado israelense, a estratégia consiste em tentar, através da propaganda *gay-friendly*, ressaltar a modernidade e a tolerância do país à diversidade, representada pela conquista de direitos LGBT e pela divulgação de Tel-Aviv, segunda maior cidade do país, como um dos melhores destinos *gays* do mundo (ELIA, 2013).

Tal propaganda, com o objetivo de angariar a empatia internacional por Israel e enfatizar a “homofobia” árabe/palestina, tornando o alvo palestino mais “justificável”, foi cunhada de *pinkwashing*<sup>1</sup> pelos movimentos LGBT contrários à ocupação dos territórios palestinos (SEMERENE, 2014; SCHULMAN, 2011). Em contrapartida, a resistência palestina à ocupação, que inclui a comunidade LGBT, se organiza internamente e se fortalece através da solidariedade internacional, com grandes redes de boicote a Israel e de denúncia ao *pinkwashing*. A militância LGBT palestina aponta a ligação entre a luta por diversidade sexual e a luta contra a ocupação israelense, denunciando que o governo israelense preza por direitos LGBT e se coloca contra a homofobia, mas ataca os direitos humanos dos palestinos que têm seus territórios invadidos e sofrem desapropriações sistemáticas e institucionalizadas desde 1948.

Conhecer mais profundamente o problema palestino-israelense, para uma estudante de Relações Internacionais, significa transcender as poucas oportunidades de entender o conflito dentro da literatura clássica do curso ou da área. Se a definição mínima de RI, na linguagem comum, é o estudo das relações entre os Estados, não é surpreendente a pouca atenção voltada à ocupação da Palestina, que é apenas um território, e não um Estado. Nesse território, que hoje é representado oficialmente pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, contudo, vive o povo palestino há séculos, que vem sendo submetido à invasão e à violência institucionalizadas com a constituição do Estado israelense (SAID, 2003). Assim, ainda neste

---

<sup>1</sup> Em português, as traduções de *pinkwashing* podem ser “lavagem rosa” ou “lavado rosa”, esta última usada por Semerene (2014).

século, existe um processo claro de colonização em curso, que tem criado, como vem fazendo Israel com sua estratégia de *pinwashing*, formas de se tornar ainda mais aceito, para que se consolide internacionalmente uma imagem positiva do Estado judaico.

Tal estratégia se insere em um arcabouço hegemônico ocidental, que constantemente reafirma a modernidade do Ocidente em oposição ao “atraso” do Oriente (SAID, 2007), o que se reflete no eurocentrismo dos mais diversos campos do conhecimento, com grande ênfase para as Relações Internacionais. Por isso, outras abordagens teóricas serão propostas, questionando e desconstruindo alguns conceitos e ferramentas das quais se utilizam as teorias tradicionais das RI. A partir do estudo de caso da autopromoção de Israel como Estado moderno em detrimento de uma Palestina estigmatizada como território marcado pela barbárie e do aporte teórico que se enfoca em recortes das teorias pós-modernas e pós-coloniais, espera-se entender como a prática do *pinkwashing* promove a política ocidental universalista de defesa dos direitos humanos, especialmente LGBT, paralelamente a um discurso civilizacional que procura justificar formas de exclusão, marginalização e degradação ao classificar alguns povos como atrasados.

Para tal objetivo, este trabalho se organiza em quatro capítulos. O primeiro tratará de uma apresentação breve dos principais pontos teóricos e conceituais, trazendo os primeiros conceitos que fornecerão as compreensões iniciais sobre o *pinkwashing*. Tratará também, de forma geral, sobre a importância da desconstrução das teorias tradicionais das RI, e da necessidade dos aportes teóricos pós-modernos e pós-coloniais para a investigação das práticas de ocupação e desapropriação de povos – tanto no caso de Israel quanto dos diversos processos de colonização que se iniciaram no passado distante – destacando a omissão da literatura quanto à violência inerente à construção do Estado e explicando a interessante relação entre violência, colonização e sexualidade. O conteúdo desse capítulo, sendo apresentado de forma mais rasa, embora seja explorado a fundo em outros momentos, se faz importante pelo seu caráter pouco tradicional dentro das RI. Assim, sentiu-se a necessidade da elaboração de um capítulo que pudesse apresentar ideias interdisciplinares de forma introdutória.

A contextualização e a história da ocupação israelense desde 1948 virão no segundo capítulo, assim como uma exposição sobre o recente início do investimento maciço de Israel em propaganda LGBT. A acentuação da igualdade LGBT e sua imprescindibilidade defendida pelos países ocidentais mais modernos e poderosos também será enfatizada, pois está relacionada à instrumentalização da igualdade como forma de acusar países orientais, especialmente árabes e muçulmanos, pela sua suposta truculência, intransigência e

intolerância para com mulheres e LGBTs. O capítulo termina com um mapeamento amplo – que inclui pesquisas pelo *Facebook* – dos principais grupos de resistência árabes/palestinos *queer*, assim como das organizações solidárias a esta luta em outros países.

No terceiro capítulo, serão esmiuçados os conceitos e os aportes teóricos introduzidos no capítulo 1. Primeiramente, serão criticadas as teorias tradicionais das RI, com destaque para o neorrealismo, de modo a demonstrar o seu eurocentrismo e o seu apego a conceitos e fenômenos fixos e ahistóricos. A partir disso, serão explicadas as teorias pós-coloniais, com maiores contribuições de Edward Said e Boaventura de Sousa Santos, e pós-modernas, em um recorte que enfoca as considerações de Judith Butler e Jasbir Puar, fortemente relacionadas à instrumentalização das políticas de igualdade LGBT.

Por fim, no capítulo 4, os aportes teóricos serão usados para analisar a exclusão e o obscurecimento dos povos árabes/muçulmanos, em cujo espectro está incluído o povo palestino, frente às escolhas políticas da modernidade ocidental, que levanta a bandeira da igualdade sexual de forma a segregar alguns grupos sociais com base em sua raça e religião. Na última seção do capítulo, para finalizar a pesquisa, será apresentada a importância da luta anticolonial, que caracteriza a resistência palestina e *queer*, e que está fortemente relacionada a outros grupos e povos que combatem a ordem capitalista neoliberal que tende a transformar as reivindicações LGBT em uma luta setORIZADA e despolitizada, desligando-a da ocupação israelense e das várias formas de desumanização às quais são submetidos diversos povos e grupos sociais marginalizados.

## 1 - *PINKWASHING*, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERDISCIPLINARIDADE

O Estado Israelense, nas últimas três décadas, tem consolidado internacionalmente sua imagem como um país amplamente tolerante no tocante aos direitos da população LGBT. Tel-Aviv é considerada um dos melhores destinos para o turismo gay, e nos anos 1990 o país criou uma série de leis de não discriminação e promoção da igualdade de orientação e identidade sexual (PUAR, 2011). Rodeado pelo Egito, Líbano, pela Jordânia e pela Síria, Israel clama estar à frente de seus vizinhos em termos de direitos civis e tolerância à diversidade.

Em agosto de 2009, depois de uma tentativa de assassinato em massa<sup>2</sup> dentro da associação LGBT *HaAguda*, em Tel-Aviv, que resultou na morte de uma jovem lésbica e um jovem gay, as autoridades de Israel promoveram uma agenda patriótica para lamentar o acontecido, com o presidente Peres afirmando que: “as balas que no início da semana atingiram a comunidade LGBT atingiram a todos nós. Como humanos. Como judeus. Como israelenses”<sup>3</sup> (HOCHBERGH, 2010, p. 2, tradução nossa). No fim do memorial, cantou-se o hino nacional. No evento, foi rejeitada a presença de qualquer autoridade israelense palestina. Apenas os israelenses judeus puderam, na ocasião, lamentar a morte dos militantes LGBT. Tal direito foi negado aos palestinos por se considerar que fariam parte de uma comunidade “naturalmente homofóbica” (HOCHBERG, 2010).

Quatro anos antes, em 2005, Israel criou uma campanha chamada *Brand Israel*, a fim de promover os valores cosmopolitas israelenses, as conquistas tecnológicas do país e a sua proximidade com o ideal democrático do Ocidente. O objetivo da campanha, que retrata Israel como um paraíso gay dentro do homofóbico Oriente Médio, é desviar a atenção da limpeza étnica da população palestina, destacando os valores culturais de diversidade e tolerância: o país precisa ser visto como um lugar relevante e moderno ao invés de ultrarreligioso e conflituoso. Prova disso foi que, em 2009, após a operação israelense *Cast Lead* (Chumbo Fundido, ou Soldado de Chumbo, dentre outras traduções), que matou 2.300 civis num ataque à faixa de Gaza, cresceu o financiamento para a *Brand Israel* (ELIA, 2013).

De volta aos anos 1990, quando se criaram e ampliaram leis de não discriminação e igualdade em diversidade sexual no Estado, foram firmados, também, os Acordos de Paz de

---

<sup>2</sup> Em agosto de 2015, 6 pessoas foram esfaqueadas por um judeu ultra-ortodoxo durante a parada do orgulho LGBT de Jerusalém. Disponível em: <<http://www.out.com/news-opinion/2015/7/30/breaking-6-people-stabbed-jerusalem-pride-parade?page=2099>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

<sup>3</sup> The bullets that earlier this week hit the GLBT community have hit us all. As humans. As Jews. As Israelis.

Oslo de 1993, que delimitaram ainda mais as zonas de circulação dos palestinos e aumentaram a segregação e a vigilância sobre a população de origem palestina (PUAR, 2011). Segundo Elia (2013), aos palestinos que vivem em Israel é negada a identidade israelense, pois são “apenas árabes”.

A campanha *Brand Israel* e os recentes avanços em direitos LGBT ajudam a favorecer a imagem israelense de vítima e parte justa do conflito, ou amenizar o perfil e as práticas violentas deste Estado frente à mídia, à população mundial e aos grupos militantes *queer*<sup>4</sup> que não problematizam a questão palestina. Dada a gravidade do conflito entre Israel e os territórios palestinos ocupados, os truculentos ataques ocorridos nos últimos anos e as operações de destruição em massa comandadas por Israel, a *Brand Israel*, que promove a cultura israelense, projetando-a como tolerante e avançada, tende a produzir o efeito de obscurecer o lado palestino, estigmatizando-o como homofóbico, machista, violento, intransigente. A Palestina e, por extensão, o mundo islâmico, seriam o grande inimigo a ser combatido. Legitima-se, assim, a atuação israelense no conflito como portadora da civilização frente a um inimigo bárbaro.

## 1.1 - PRIMEIROS CONCEITOS

A esta estratégia deliberada, por parte de Israel e de seus aliados, de esconder as contínuas violações aos direitos humanos da população palestina sob uma imagem de modernidade representada também pela vida gay israelense, dá-se o nome de *pinkwashing* (SCHULMAN, 2011). Sob a bandeira dos direitos civis e da liberdade, Israel torna-se um modelo, um referencial a ser seguido pelos países “atrasados”, dando-se ao direito de intervir e ocupar. Israel estaria, assim, atuando de acordo com a asserção de Boaventura de Sousa Santos: “direitos humanos são violados para que possam ser defendidos” (SANTOS, 2007, p.79).

Especialmente após o atentado às torres gêmeas de Nova York, em 11 de Setembro de 2001, uma visão dicotômica, que privilegia o Ocidente e barbariza o Oriente, se fortaleceu. De acordo com Morgensen (2010), o nacionalismo branco e heteronormativo virou um agente de brutalidade terrorista, principalmente contra o Oriente Médio. Porém, quando sujeitos LGBT encontraram-se aliados a esta política branca, imperial, liberal e anteriormente heteronormativa, pôde ser identificado um processo de “homonormativização”, isto é,

---

<sup>4</sup> Na literatura internacional, a palavra *queer* se refere a indivíduos “desviantes” e subversivos, sendo esta ressignificada pela comunidade LGBT de modo geral, à qual também se atribui o termo.

sujeitos *queer* passaram a ser agentes reguladores, segregadores e hostis em relação a outros grupos étnicos estrangeiros. A estes indivíduos LGBT politicamente liberais, nacionalistas e xenófobos – e geralmente brancos –, Jaspir Puar (2011) chama de “homonacionalistas”. O homonacionalismo, segundo a autora, em seu livro *Terrorist Assemblages* (2007), é o processo pelo qual algumas formas da sexualidade gay e lésbica são inseridas no corpo nacional, enquanto que os muçulmanos e árabes, reconhecidos como os “outros”, os imigrantes, são estigmatizados como sujeitos perversos em sua sexualidade. Este conceito foi criado pela autora no contexto estadunidense, com a observação da crescente xenofobia fomentada após o atentado de 11 de Setembro.

O homonacionalismo se interrelaciona com o *pinkwashing* de Israel porque a sexualidade perversa atribuída aos imigrantes muçulmanos e árabes, no contexto estadunidense, implica a exclusão destes sujeitos dentro do grupo homonormativo nacional, isto é, sujeitos LGBT estrangeiros orientais e racializados (de pele marrom ou preta e geralmente muçulmanos) são segregados pelos indivíduos homonacionalistas dos EUA. Puar (2011) constrói, assim, o seu argumento de que o homonacionalismo está extremamente interligado à categorização de muçulmanos, árabes e palestinos (estando estes três adjetivos entrecruzados ou separados) enquanto LGBTfóbicos. Essa lógica se estende ao caso de Israel.

A conduta israelense sionista, que obscurece o lado palestino, tem uma notável ligação conceitual com o que Edward Said (1978) chama de Orientalismo. Este termo se refere a uma representação do Oriente Médio – e também do restante da Ásia, em outros contextos – que, através de sua estratégia e linguagem, acaba por estereotipá-lo, descrevendo-o como exótico, desconhecido, bárbaro. Esta representação, segundo Said, é criada pelo Ocidente (leia-se atualmente Europa e Estados Unidos) e não é apenas um imaginário subjetivo, mas um corpo de teorias, práticas e investimentos materiais manipulados com o objetivo de estigmatizar o desconhecido.

Edward Said propõe uma “leitura contrapontual”, isto é, uma interpretação que permita o discernimento dos dois lados da história: o lado hegemônico, colonizador; e o lado que resiste, estejam estas duas facetas juntas, na interpretação de uma mesma leitura, ou separadas, em leituras e fontes diferentes. A finalidade da leitura contrapontual é, portanto, permitir o reconhecimento de diferentes vozes dentro de uma composição, não privilegiando narrativas particulares (CHOWDHRY, 2007).



## 1.2 - A DESMISTIFICAÇÃO DAS TEORIAS TRADICIONAIS

As narrativas privilegiadas, nas Relações Internacionais (RI), derivadas do Liberalismo e do Realismo, frequentemente ignoram a possibilidade de emergência de teorias não europeias ou não estadunidenses. Como aponta Dunn (2011), o importante teórico das RI Kenneth Waltz só reconhece a possibilidade de teorias gerais de Relações Internacionais que surjam a partir de países poderosos, e Hans Morgenthau chegou a afirmar que a África era um espaço politicamente vazio e sem história antes da Segunda Guerra Mundial (MORGENTHAU, 1973, *apud* DUNN, 2011).

O realismo clássico de Morgenthau, que serve às estratégias políticas dos países mais poderosos, é muito pouco útil para outras realidades, como a política internacional dentro de grande parte do continente africano. O neoliberalismo, por sua vez, também escanteia este continente ao usá-lo como terreno para a implementação das teorias de desenvolvimento segundo o modelo ocidental, ao passo que as teorias marxistas, ainda que menos difundidas nas Relações Internacionais, frequentemente apresentam a África como um continente excessivamente vitimizado (MALAQUIAS, 2011).

Em Angola, por exemplo, é impossível analisar relações políticas nacionais e internacionais partindo do pressuposto de que o Estado-nação é uma unidade política coerente, pois existem diversas nações dentro de um mesmo Estado. E tal Estado, deve-se ressaltar, não pode ser entendido como unidade central, já que, dentro do mesmo território, existem grupos armados capazes de concorrer à altura com o aparato estatal (MALAQUIAS, 2011).

Se a cidadania, a integridade territorial e o monopólio do uso da violência forem pré-requisitos para a formação e a manutenção de um Estado, como defendido pelas teorias tradicionais de RI, questiona-se se alguns Estados podem ser categorizados como tal. Como afirma Dunn (2011), as reivindicações de integridade territorial em certos Estados africanos, por exemplo, são bastante duvidosas, visto que vastos territórios permanecem fora do controle de muitos governos. Ainda, as populações têm escolhido cada vez mais se distanciar de governos parasitas, compondo outras formas de organização social e tornando a África um continente formado por Estados “sem cidadãos”. Nestes casos, fica claro como o conceito de Estado precisa ser problematizado e desconstruído (DUNN, 2011). Esta desconstrução é importante, tanto para a sociedade como para as Relações Internacionais – como campo de conhecimento (epistemologia) e como fenômeno (ontologia) –, porque enseja reflexões extremamente relevantes sobre a política internacional: qual a importância dos processos de

colonização para os conflitos armados internos pelos quais países extremamente pobres passam? Será que podemos amenizar guerras e graves choques sociais com soluções pontuais, ou precisamos repensar os processos que proporcionaram o desenvolvimento de uma cultura violenta, mantida atualmente pelas práticas hegemônicas dos países poderosos e de seus aliados?

De acordo com Dunn (2011), enfim, as teorias hegemônicas marginalizam o que não podem explicar. Ao mesmo tempo, o que estas teorias conseguem explicar necessariamente precisa de um contraponto, de um exemplo que é a negação do explicável. Assim, neste caso, África, ao impossibilitar a aplicação das teorias hegemônicas, é vista como inadequada, isto é, o “outro” necessário para a construção do Ocidente como ideal a ser buscado, do “self” ocidental.

Ao tomar-se conhecimento de outras teorias e outras formas não hegemônicas de se ver os fenômenos internacionais, as Relações Internacionais munem-se de instrumentos analíticos que permitem a análise de distintos contextos, unidades e grupos políticos, além do uso de diferentes formas de pensamento e de relacionar-se internacionalmente. Nesta pesquisa, pretende-se explorar estes pontos de vista e abordagens não hegemônicas, na expectativa de contribuir para o enriquecimento dos estudos em Relações Internacionais ao trazer à tona elementos tradicionalmente pouco discutidos.

Observando-se a omissão de alguns elementos e narrativas na construção de algumas correntes teóricas das Relações Internacionais, entende-se que o discurso orientalista, civilizacional e/ou imperialista pode estar embutido nas teorias hegemônicas e nos relatos históricos sobre os quais estas teorias se debruçam. Estudar Relações Internacionais, de acordo com as teorias hegemônicas, principalmente o realismo, o liberalismo e suas ramificações, é estudar as relações entre Estados soberanos, ou entre Estados soberanos e atores de menos protagonismo, como empresas, ONGs e organizações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Esta visão estreita, que enxerga as relações políticas a partir de um olhar essencialista e vê a existência do Estado como um fato dado, prejudica a inclusão de outros pontos de vista no estudo cotidiano das RI.

O nascimento das RI como campo de estudo se marcou pela interdisciplinaridade. Dependeu de contribuições de outras disciplinas, as quais tiveram variáveis níveis de preponderância dentro deste campo ao longo do tempo. Buzan e Little (2001) afirmam que a Ciência Política, quando surgiram as RI, era a grande sub-área que dominava os estudos internacionais, principalmente aqueles produzidos nos EUA. Embora o elemento político tenha permanecido no centro, as RI têm se ampliado e flexibilizado. No final dos anos 50, a

Escola Inglesa se destacou e, a partir dos anos 70, o elemento econômico entrou nas RI com mais força. Posteriormente, ao final da Guerra fria, as questões sociológicas de identidade e direitos humanos roubaram a cena.

Ainda assim, as Relações Internacionais se mostram pouco permeáveis à absorção e assimilação de outras disciplinas ou abordagens que possam fortalecer e diversificar as teorias de RI e que giram fora do entorno que põe a soberania dos Estados no centro das atenções. As principais discussões e teorias do campo são delineadas pela relação entre Estados soberanos e dão pouco espaço ou privilégio a reflexões que tenham outras abordagens. Esta lógica da soberania estatal é produto de uma forma de pensar bem localizada no espaço: é oriunda de epistemologias ocidentais estadunidenses e europeias (KRISHNA, 2001).

Resende (2012) afirma que as RI são consideradas pouco reflexivas e muito fechadas em comparação a outras ciências humanas, mas tiveram uma abertura tímida a partir dos anos 1990, deixando-se comunicar com ideias e conceitos que já eram explorados com sucessos em alguns ramos científicos correlativos, que permitiram o desenvolvimento e a valorização de ideias que fogem do estreitismo analítico das teorias mais conhecidas de Relações Internacionais. Essa década foi um momento de inquietação para com a centralidade das teorias racionalistas “neo” – neorrealismo e neoliberalismo – e que proporcionou maior visibilidade às teorias não racionalistas, não positivistas, não científicas, denominadas de reflexivistas. O embate, então, no início da década de 1990, se deu entre duas diferentes epistemologias: racionalistas (institucionalistas, neorrealistas, neoliberais, realistas e marxistas) e os reflexivistas (teóricos feministas, teóricos críticos, pós-colonialistas e pós-modernistas). Esse momento representou a relativa ascensão dos reflexivistas, que se viam mais marginalizados em décadas anteriores. (RESENDE, 2012). No presente trabalho, discutiremos estudos considerados reflexivistas: o pós-colonialismo e o pós-modernismo, e também faremos uma breve explanação sobre os estudos *queer*, que, nas RI, sugerem a relação entre sexualidade e processos políticos.

### **1.3 - INTRODUÇÃO À CRÍTICA PÓS-COLONIAL**

De acordo com Chowdhry (2007), parte da literatura em Relações Internacionais - e uma leitura acrítica da mesma - implica a omissão de uma história truculenta, em que o

racismo, a escravidão, a desapropriação de terras e a violência presentes na construção dos impérios e colônias passam despercebidos graças ao protagonismo da soberania Estatal.

Sankaran Krishna (2001) explica que o foco no conceito de “soberania” provoca o esquecimento de conflitos, guerras e perdas humanas significativas, privilegiando a atenção aos embates e às dinâmicas entre Estados soberanos. O século XIX, ou os chamados “Cem anos de paz”, aponta Krishna, foram, na verdade, cem anos de revoltas, guerras, conquistas e expansões territoriais. O autor lista 13 graves conflitos empreendidos pela Grã-Bretanha nesse século, apenas entre os anos de 1839 e 1882. Tais conflitos, embora motivados por práticas expansionistas britânicas, envolveram quase Estados (*quasi states*), principados, tribos e senhores de guerra, regimes ilegítimos, etc., que não estão enquadrados na concepção de Estado soberano.

Assim, mesmo que trágicos, tais acontecimentos estavam distantes do continente europeu, e não foram capazes de abalar a narrativa dominante, que retrata o século que precedeu a Primeira Guerra Mundial como “Cem anos de paz”. A revolta de 1857, por exemplo, no Norte da Índia, que resultou em dezenas de milhares de mortes, não é relevante para as RI. Krishna assinala, ainda, que um estudo de Bernard Nietschmann verificou que, das 120 guerras que estavam em curso em 1987, apenas 4 se deram entre Estados soberanos, e a maioria das insurgências e das guerras civis passaram despercebidas, já que a mídia e a academia estão ancoradas em noções de Estado (soberano).

Ainda, Siba Grovogui (2010) ressalta que Immanuel Kant, considerado um dos maiores pensadores da política internacional, ignorou grandes problemas que eram gritantes à sua época, o século XVIII, como as demandas dos escravos por liberdade nos Estados Unidos. Além de suas declarações racistas, Kant pensou a paz mundial, o republicanismo e o cosmopolitismo, sem levar em conta a cultura violenta contra os povos não-brancos e não-europeus dentro e fora dos países colonizadores. Grovogui (2010) problematiza que a omissão de uma instituição tão importante como o escravismo não reduziu a moral e a legitimidade de teorias republicanas e cosmopolitistas até os dias de hoje. Estas teorias, apesar de pensadas para a paz e a ordem, foram idealizadas dentro de uma sociedade gravemente excludente, escravista. A quem beneficiaria, portanto, a paz internacional idealizada por Kant?

Boaventura de Sousa Santos (2007) enriquece a lógica contrapontual de Edward Said, que combate o privilégio de algumas narrativas em detrimento de outras - a exemplo da exaltação das teorias europeias que propunham a paz entre os Estados ao mesmo tempo em que apoiavam a violência da relação senhor/escravo, colonizador/colonizado, omitindo o lado

não pacífico da história - propondo uma ecologia de saberes, na qual estão presentes as formas de saber hegemônicas e não-hegemônicas, incluindo saberes que não se classificam como ciência. Segundo Boaventura, existe uma linha abissal, hegemônica, que determina o que é o conhecimento, e a distinção entre o verdadeiro e o falso, isto é, a lei. O conhecimento ocidental e a lógica colonizadora estariam, assim, *deste* lado da linha. Do *outro* lado da linha, isto é, além do pensamento abissal, estão outras formas de saber, que não se encaixam na ciência, na filosofia e nem na teologia, e por isso são invisíveis, ultrapassam o universo do verdadeiro ou falso. Segundo o autor, o território do *outro lado* não tem, hoje, localização fixa. No passado, todavia, já teve: era a zona colonial.

Uma ecologia de saberes, então, seria capaz de englobar as diversas formas de conhecimento, a fim de prover visibilidade e dar espaço às vozes que resistem: “A injustiça social global está assim intimamente ligada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta pela justiça social global também deve ser uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem-sucedida, essa luta exige um novo pensamento — um pensamento pós-abissal” (SANTOS, 2007, p. 77). No conflito palestino-israelense, a injustiça social está conectada ao desequilíbrio de informações e narrativas, as quais, contando com os importantes e poderosos esforços estadunidenses, reforçam a história “heroica” da criação de um Estado para um povo historicamente oprimido: os judeus.

O pensamento pós-abissal não se propõe a acreditar que o mundo pode ser desfeito; significa, em vez disso, que as suas instituições básicas e seus sistemas de valor e interesse podem ser remoldados para refletir as comunidades que tais instituições e sistemas dirigem. Na história, isto pode ser constatado pela luta dos povos colonizados e escravizados, que participaram de revoltas e revoluções buscando a justiça social e rejeitando as bases morais, legais e culturais do escravismo (GROVOGUI, 2010). Essas reflexões caracterizam a chamada crítica pós-colonialista.

A partir desta necessidade de reflexão e desconstrução de conceitos e narrativas predominantes, e do conhecimento de teorias não hegemônicas, notadamente as teorias pós-modernas e pós-coloniais, surge o interesse em explorar elementos nos processos de formação dos Estados e de relações políticas internacionais que são frequentemente esquecidos ou ignorados. As teorias pós-coloniais têm por mérito contar versões contra hegemônicas da História e esmiuçar elementos e processos omitidos, principalmente processos de violência e opressão incorporados nas práticas de invasão e ocupação que construíram e permitiram o desenvolvimento dos Estados soberanos, sejam estes ex-colonizadores ou ex-colonizados.

## 1.4 - A SEXUALIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teorias *queer* surgiram dentro da área de Estudos Culturais Norte-Americanos (estadunidenses) e se opõem aos pressupostos heterossexistas das ciências sociais, que, mesmo em estudos sobre minorias sociais e sexualidades não hegemônicas, naturalizavam e reforçavam a norma heterossexual. Os estudos *queer*, pelo caráter de seu surgimento, questionador da ordem sexual presente na sociologia, são, geralmente, pós-positivistas, isto é, se situam fora da epistemologia positivista da ciência moderna, baseada na crença na neutralidade científica. Se a sociologia canônica reforçava a norma heterossexual, a neutralidade científica não poderia existir, porque funcionava a favor da naturalização dessa norma (MISKOLCI, 2009).

Para Steven Seidman, as teorias *queer* são compostas pelo estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996, p.13, *apud* MISKOLCI, 2009). As teorias *queer* podem ressaltar o papel da sexualidade (em sua face política ou identitária) como um fator essencial para a construção de lógicas de apropriação e violência. Na História, os estudos *queer* podem analisar criticamente documentos e relatos de colonizadores, que justificavam ocupações ao colocar os corpos nativos como frágeis, não viris e portanto indignos de liderança (HOCHBERG, 2010; MORGENSEN, 2010). Mais, recentemente, os relatos de abusos sexuais e tortura contra prisioneiros na prisão de Abu Ghraib (BUTLER, 2015; GROVOGUI, 2010; PUAR, 2007) demonstram que a sexualidade é um vetor importante na fragilização de alguns corpos: os abusadores e abusadoras, oficiais estadunidenses, detêm o controle e o poder a partir da violação de corpos terroristas estrangeiros e racializados. Esta ligação entre sexualidade, poder e violência é um tema ainda marginal às Relações Internacionais, cujo estudo traz inovações ao campo, diversifica pontos de vista e permite grande interdisciplinaridade, principalmente com a sociologia.

As teorias *queer* podem ser incorporadas às Relações Internacionais, e encontram-se entre as formas de conhecimento não hegemônicas às quais as RI tradicionais resistem. Cinthia Weber (2015) afirma que o aparente fracasso da teoria *queer* internacional - na verdade, a resistência à incorporação da teoria *queer* nos principais meios das RI - está no

simples fato de que, segundo Martin Wight (1960 *apud* Weber, 2015), uma teoria de RI só pode ser bem sucedida ao acumular conhecimento sobre relações interestatais. Isto não significa, porém, que não exista uma abordagem *queer* para problemas de guerra e paz, ou de processos de formação de Estados-nação, mas significa, por outro lado, que dentro da teoria *queer* existem abordagens hostis às RI hegemônicas, com críticas pautadas por abordagens heterodoxas, seja no método, na ontologia ou na epistemologia.

Uma contribuição das teorias *queer* está presente nos questionamentos levantados por teóricos acerca da concepção de Estado e nação. Nas teorias dominantes, passam despercebidos aspectos e vozes importantes que participaram da construção do Estado e da nação como tais. Os estudos *queer* têm levantado a percepção de que a regulação das atividades sexuais com fins de reprodução biológica e social é um grande instrumento que compõe e viabiliza o Estado-nação (JESUS, 2014). Visto isso, a leitura contrapontual permite expor, mais uma vez, processos violentos e opressores – no caso da composição do Estado-nação, a heterossexualidade compulsória, isto é, a imposição, por meios subjetivos ou diretos, de uma sexualidade voltada para a reprodução, e, por conseguinte, a viabilização da construção e manutenção da nação. Nesse propósito, a teoria *queer* caminha em constante diálogo com as teorias pós-coloniais, como será visto adiante.

Ao trazer a sexualidade e o gênero como pontos centrais de seus estudos e de suas críticas às teorias dominantes, os teóricos *queer* executam o difícil – ou de pouca aceitação – papel de conectar as Relações Internacionais a outros campos de estudo, incentivando uma forte interdisciplinaridade. Morgensen (2010) argumenta que os processos de colonização estão ligados à sexualidade, na medida em que colonizadores interpretavam práticas sexuais e de gênero entre os nativos como um sinal de primitividade. Estas práticas e desejos imorais, na visão dos colonizadores europeus, tornavam os líderes políticos nativos menos viris, éticos e dignos de liderança: eram, assim, um convite à invasão externa, uma justificativa para a conquista. Esta linha de pensamento defendida por Morgensen culmina no importante argumento de que a sexualidade moderna incita práticas coloniais e violentas, isto é, dá sentido à invasão de territórios e à dominação de outros povos. As populações nativas, com suas práticas particulares, foram forçadas a refletir a sociedade cristã ocidental, heterossexual, matrimonial e dona de propriedade privada.

Em sintonia com este argumento de Morgensen, Boaventura de Sousa Santos (2007) lembra que os princípios éticos e jurídicos que existem do *outro lado* da linha são diferentes e desconhecidos. Por isso, o que está além da linha abissal, o invisível, é tratado pela lógica da apropriação e da violência. O território colonial, onde não existia distinção entre o verdadeiro

e o falso, o legal e o ilegal, foi a contraposição que possibilitou, *deste lado* da linha, a emergência do direito internacional moderno. Isto significa que o imperialismo e a colonização não são um mero resultado do Estado moderno e do direito moderno, mas sim uma parte constitutiva destes<sup>5</sup>. Retomando-se o ponto de vista de Morgensen (2010), de que o colonialismo é incentivado pela opressão levada a cabo pelo ponto de vista da sexualidade moderna – que considerava primitivas as práticas sexuais e de gênero das populações nativas dos territórios colonizados –, pode-se formar a seguinte linha de raciocínio: a sexualidade moderna estaria como um ponto importante a partir do qual se podem justificar narrativas e práticas imperialistas e coloniais, as quais são uma parte constitutiva do Estado moderno.

Ironicamente, como será discutido mais adiante, a sexualidade moderna, em novas e atuais configurações, ainda serve como instrumento de exclusão e violência. Isto posto, os estudos *queer*, dentro de quadros pós-modernistas e pós-colonialistas, conseguem trazer à tona novas leituras e perspectivas antes impensadas pelas teorias dominantes de Relações Internacionais.

---

<sup>5</sup> O “território colonial” tratado por Boaventura de Sousa Santos é aquele colonizado a partir dos séculos XV e XVI. Para leitura adicional, Mark B. Salter (2002) discute as colonizações dos séculos XIX e XIX, cuja expansão capitalista foi concretizada graças ao aparelho estatal moderno.



## 2 - CONTEXTO: O HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE, O INVESTIMENTO EM PROPAGANDA E A RESISTÊNCIA PALESTINA

O *status* dos direitos LGBT em Israel e as políticas entre Israel e Palestina estão indissociavelmente ligados: existe uma relação direta entre a política da LGBTfobia<sup>6</sup> e a política da ocupação. Isto é o que insistentemente alertam os grupos de militância *queer* árabes e palestinos e, de outro modo, é uma concepção da qual os grupos LGBT *mainstream* e sionistas tentam se esquivar, buscando argumentos para refutá-la.

Este entendimento compartimentalizado da realidade política de Israel-Palestina, que separa a violência e a discriminação contra grupos *queer* da truculência e do preconceito contra minorias étnico-nacionais, é um ponto de vista que alguns coletivos como o *Queers Against Israeli Apartheid* (QuAIA), dentre outros, tentam evidenciar e rejeitar. Em 2010, o QuAIA esteve prestes a ser banido da parada do Orgulho Gay de Toronto por causa do termo *Israeli Apartheid*, considerado discurso de ódio, que nada teria a ver com o propósito da parada (ELIA, 2013).

Para a militância *queer* árabe e/ou palestina, não faz sentido defender a igualdade de direitos para indivíduos LGBT em Israel enquanto existam segregação e racismo deste Estado para com árabes e/ou palestinos - daí o termo *Israeli Apartheid*. Recentemente, esta relação desigual e controversa, que conecta a política da ocupação na Palestina com a promoção dos direitos LGBT em Israel, ao mesmo tempo em que este Estado frisa a homofobia de seus vizinhos palestinos e árabes em geral, vem se desenvolvendo exponencialmente. Há cerca de 20 anos, uma agenda de igualdade e não discriminação para com a população israelense LGBT começou a crescer paralelamente ao aumento da repressão de Israel à Palestina. Os anos 1990 foram a “década gay israelense”, na qual criaram-se leis de não discriminação no trabalho, institucionalizaram-se os benefícios para casais do mesmo sexo, e houve maior inclusão da população gay e lésbica nas Forças de Defesa Israelenses. Por outro lado, os Acordos de Oslo de 1993 tolheram os direitos e a mobilidade da população palestina em Israel (SAID, 2003), delimitando a presença de força de trabalho palestina no país, segregando as zonas de convivência, multiplicando os postos de controle (pontos policiais de supervisão de fronteiras) e aumentando os sistemas de vigilância (PUAR, 2011).

---

<sup>6</sup> Por LGBTfobia entende-se qualquer tipo de preconceito e discriminação contra pessoas *queer*. Neste contexto, a LGBTfobia está ligada à ocupação na medida em que justificam-se as violações dos direitos palestinos por se supor que estes sejam LGBTfóbicos.

Estes fatos, no entanto, melhor se situam acompanhados de uma contextualização histórica e conceitual dos povos e do conflito Israel-Palestina, sendo mais relevante, para fins deste trabalho, ressaltar processos que ocorreram e vêm transcorrendo desde a criação do Estado de Israel em 1948. Assim, serão evidenciados, neste capítulo, processos de ocupação, desapropriação e expulsão que vêm compondo o histórico de hostilidades entre israelenses e palestinos.

## 2.1 - OCUPAÇÃO E COERÇÃO DESDE 1948

Jason Ritchie (2010b), no intento de descrever a dinâmica populacional entre palestinos e israelenses, usa o termo Israel-Palestina, assim como Gil Z. Hochberg (2010), que afirma: “(...) não existem questões sobre a Palestina que sejam separadas de questões sobre Israel”<sup>7</sup> (p. 500, tradução nossa). Este território, referido como Israel-Palestina, abarca 5,6 milhões de cidadãos judeus israelenses, incluindo 364 mil colonos israelenses em Jerusalém Oriental, anexada ao Estado de Israel em 1967<sup>8</sup>, e na Cisjordânia; 1,5 milhões de cidadãos palestinos israelenses; 280 mil palestinos residentes permanentes em Jerusalém e 3,8 milhões de palestinos não-cidadãos de Israel, habitantes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Essa miscelânea étnico-nacional demonstra a complexidade da questão da soberania Estatal israelense, que não abarca uma nação homogênea, além da problemática da cidadania/não cidadania do povo palestino no quesito mobilidade e acesso às fronteiras de Israel.

**Figura 1:** Israel-Palestina, atualmente<sup>9</sup>



Fonte: Bustle, 2014.

<sup>7</sup> (...) there is no question of Palestine that is separate from the question of Israel.

<sup>8</sup> Informações disponíveis no website da Association for Civil Rights in Israel: <<https://www.acri.org.il/en/category/east-jerusalem/>>.

<sup>9</sup> West Bank, traduzido para o português, corresponde à Cisjordânia.

Desde maio de 1948, quando se estabeleceu o Estado de Israel, no dia em que expirou o mandato britânico da Palestina, a dinâmica entre os palestinos que vivem nos territórios ocupados por Israel, israelenses judeus e palestinos que vivem nos territórios autônomos e (territórios não ocupados por Israel, isto, é, Faixa de Gaza e Cisjordânia) e as cambiantes divisões territoriais vêm se constituindo. A criação de Israel foi produto de um projeto sionista colonial que buscava a emancipação dos judeus europeus. Aliado às potências ocidentais, este projeto previa a criação de uma colônia pura e homogênea no território palestino através da remoção forçada e da aniquilação da população árabe palestina (SHAFIR, 1999, *apud* RITCHIE, 2010b).

Segundo Ritchie (2010b), existem várias versões acerca da “saída” dos palestinos do território israelense, ou seja, antigo território palestino. Eles podem ter sido expulsos por pressões sionistas, ou se retirado por pressões árabes. Importantes estudiosos como Edward Said (2003), Benny Morris<sup>10</sup>, Ilan Pappé<sup>11</sup>, além de Ruy Alves Jorge (1975), afirmam que os palestinos foram expulsos por sucessivas ocupações e ações coercitivas por parte dos colonos judeus, não havendo se retirado espontaneamente. Não cabe, neste trabalho, relatar as várias versões sobre os motivos desta massa de palestinos deixarem o território de Israel, mas sim apontar as dinâmicas que construíram o conflito. Um movimento duplo marcou o processo de construção do Estado de Israel, pela exclusão de árabes e inclusão de judeus: como consequência imediata da criação deste Estado, em 1948, estima-se que entre 800 e 1000 civis palestinos foram massacrados, no mínimo uma dúzia de meninas palestinas foram estupradas e 700 mil palestinos expulsos se direcionaram à Cisjordânia, à Faixa de Gaza e a países árabes vizinhos, enquanto que apenas 150 mil permaneceram (RITCHIE, 2010b). Atualmente, os palestinos refugiados em decorrência das práticas israelenses chegam a 5 milhões<sup>12</sup>.

Muitos homens de Estado de Israel e mesmo historiadores, como o israelense Benny Morris, justificam a colonização do território palestino, a limpeza étnica e os crimes de guerra pelo conformismo para com o curso da história, pela ideia de que sempre houve colonizações e remoções de povos nativos de seus territórios para que nestes se fixassem outras sociedades (ELIA, 2013).

---

<sup>10</sup> Afirmação feita em entrevista de Benny Morris a Ari Shavitz. Disponível em: <<http://hist.net/kieser/ma10/Haaretz8.1.04.html>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

<sup>11</sup> Em entrevista no YouTube intitulada “Israel quer completar a limpeza étnica dos palestinos”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZU6jRBJZeR0>> Acesso em: 03 mar. 2016.

<sup>12</sup> Informação encontrada no website da UNWRA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/palestine-refugees>>. Acesso em: 03 de março de 2016.

Em uma entrevista publicada em 2004, Morris exprime suas ideias conformistas. Ele afirma que, sem a ordem de remoção dos árabes palestinos, não haveria o Estado de Israel, o que seria injusto do ponto de vista do povo judeu, que tanto já havia sofrido e precisava, finalmente, de um Estado exclusivamente seu. O historiador argumenta, ainda, que a estratégia de remoção e massacre dos palestinos fracassou, pois a expulsão e a limpeza étnica não foram suficientes para homogeneizar o Estado de Israel, de forma que problemas atuais poderiam ter sido evitados por meio de atitudes mais truculentas por parte dos sionistas no final dos anos 1940. Apesar disto, ele expõe alguns dados coletados a partir do acesso aos arquivos da Força de Defesa de Israel. Nas palavras de Morris:

Os piores casos (de massacre) foram Saliha (70-80 mortos), Deir Yassin (100-110), Lod (250), Dawayima (centenas) e talvez Abu Shusha (70). Não existem provas certas sobre um massacre de larga escala em Tantura, mas crimes de guerra foram perpetrados ali (...). Na Operação Hiram houve uma alta e incomum concentração de execuções de pessoas contra a parede ou perto de uma parede de maneira ordenada. (...) o fato é que ninguém foi punido por estes atos de assassinato<sup>13</sup>.

## 2.2 - A SEGREGAÇÃO DENTRO DO ESTADO DE ISRAEL

Após os episódios que se seguiram em decorrência do *Nakba*<sup>14</sup>, isto é, a invasão da Palestina pelos judeus, o processo de desarabização manteve seu seguimento. Em 1950, dando continuidade à marcha dupla de inclusão e exclusão, o parlamento de Israel (o *Knesset*) criou a Lei de Retorno, que assegurava direito de cidadania a todos os judeus que tivessem imigrado para Israel anteriormente à criação da lei e a todos aqueles que nascessem no país, antes ou depois do outorgamento da nova lei. O objetivo era tornar viável a manutenção do Estado, tanto demográfica como economicamente. No decorrer da década de 1950, entretanto, quando os judeus europeus começaram a optar por viver nos Estados Unidos ao invés de Israel, o governo israelense e os sionistas abriram o convite - não sem relutância - a judeus advindos de países árabes e muçulmanos (RITCHIE, 2010b).

A estes judeus não europeus dá-se a denominação, em hebraico, de *Mizrahim*. As elites israelenses de origem europeia, os *Ashkenazim*, veem estes primeiros como culturalmente inferiores. Ritchie (2010b) destaca que a assimilação dos *Mizrahim* à sociedade israelense veio acompanhada de um processo intencional de desarabização, além de práticas

<sup>13</sup> Tradução nossa. Afirmação feita em entrevista de Benny Morris a Ari Shavitz. Disponível em: <<http://hist.net/kieser/ma10/Haaretz8.1.04.html>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

<sup>14</sup> Termo em árabe que significa “catástrofe” ou “desastre”, referindo-se ao dia de início da expulsão dos palestinos, quando do estabelecimento oficial do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948.

excludentes que tiveram o propósito de marginalizá-los geograficamente, politicamente, economicamente e socialmente.

As práticas exclusionárias da elite judaica israelense não parecem se direcionar a qualquer diferença de raça ou de nacionalidade não ocidental no que concerne à incorporação de indivíduos de origens distintas (que não sejam palestinos) ao pertencimento nacional. Os imigrantes judeus etíopes, que chegaram a Israel nos anos 1980, e os judeus russos, que chegaram maciçamente nos anos 1990, sofrem racismo e discriminação, respectivamente, mas não sofrem a mesma segregação direcionada aos árabes e palestinos (RITCHIE, 2010b).

O problema, então, como propõe Edward Said, reside na população palestina: “Israel é o único país do mundo que não age como um Estado em relação aos seus verdadeiros cidadãos” (SAID, 2003, p. 60). Com esta asserção, Said entende que os verdadeiros cidadãos de Israel deveriam ser os palestinos, aqueles que viviam na Palestina pelo menos desde o século XII sob tutela permanente de um governo muçulmano, até a chegada do Mandato Britânico em 1919 (JORGE, 1975)<sup>15</sup>. A que o autor refere-se quando trata de “não agir como um Estado”, na prática, se traduz em práticas exclusionárias tais como a existência de leis distintas para grupos étnico-religiosos diferentes; limitações quanto à compra e alocação de terras em geral, embora tais cerceamentos não estejam explicitados na lei (ADALAH, 2003; SABAN, 2005); relativa depreciação da estrutura e de orçamentos educacionais para os não-judeus (GOLAN-AGNON, 2006); restrições de exportações a agricultores e empresários palestinos (SAID, 2003), dentre muitas outras formas de discriminação.

Ao contrário da maioria dos países ocidentais, Israel não possui constituição. As *Basic Laws* (Leis Básicas) são o dispositivo jurídico que estabelece os princípios e direitos fundamentais dos cidadãos israelenses (GUEDES, 2013). No primeiro ponto das Leis Básicas, o qual estabelece o objetivo das mesmas, consta que “O propósito desta Lei é proteger a dignidade humana e a liberdade, a fim de estabelecer em uma Lei Básica os valores do Estado de Israel como uma unidade judaica e democrática”<sup>16</sup>. Depreende-se daí que as leis básicas de garantia da liberdade e da dignidade dos cidadãos são válidas à medida que se resguarda o caráter judaico do Estado, existindo, assim, uma enorme brecha que omite qualquer menção aos direitos e à liberdade dos árabes israelenses, que podem ser entendidas como ameaça à unidade judaica de Israel.

---

<sup>15</sup> Segundo Jorge (1975), No século VII toda a Palestina cai sob dominação dos árabes, mamelucos e outros povos e, excetuando-se a época das Cruzadas, de 1095 a 1187, o território permanece debaixo do comando do governo muçulmano até o fim da Primeira Guerra Mundial.

<sup>16</sup> Tradução nossa. As Leis Básicas estão disponíveis em: [http://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/basic3\\_eng.htm](http://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/basic3_eng.htm). Acesso em: 04 mar. 2016.

Elia (2013) reforça este comportamento segregador de Israel, ressaltando a negação da identidade israelense aos palestinos que vivem no Estado. Ainda atualmente, segundo o autor, aos palestinos é negada a identidade israelense: eles são apenas “árabes”. É como se os palestinos não existissem, e por isso lhes são negados direitos. Pode-se identificar, em Israel, as linhas abissais sobre as quais argumenta Boaventura de Sousa Santos (2007), do outro lado da linha está a subumanidade, aquela submetida à dicotomia violência/apropriação, aquela em que não se enxerga a distinção entre o falso e o verdadeiro, onde se supõe a inexistência de leis.

Israel vem não apenas negando a existência e a liberdade dos palestinos dentro do Estado, mas vem também violando os direitos dos palestinos que vivem nas redondezas de Israel desde 1948 até os dias de hoje. É uma potência militar que abusa de um povo desprovido de instrumentos eficazes de resistência, sem instituições e todo o aparato do Estado moderno, sem tanques de guerra ou exércitos. As práticas israelenses para com os palestinos visam “tornar-lhes a vida tão insuportável a ponto de fazer que lhes pareça necessário sacrificar a própria vida” (SAID, 2003, p.147). Os palestinos, de modo geral, são desumanizados e os árabes israelenses (geralmente palestinos) são cada vez mais “desarabizados”, sendo não apenas os meios belicosos e jurídicos de coerção que garantem este movimento. Para além disso, a propaganda israelense para os estrangeiros, que será esmiuçada na próxima seção, funciona como um eficiente dispositivo de identificação e empatia, que traz a imagem do cidadão israelense representada tal qual o modelo ocidental, referência de indivíduo exemplar, defensor dos direitos humanos, enfatizando a diversidade sexual e os direitos das mulheres.

Na suprema corte de Israel, a contradição quanto ao direcionamento e à validade dos direitos humanos é evidente: segundo um relatório da *Adalah* (“Justiça”, em árabe), organização defensora dos direitos humanos dos palestinos, as decisões da Suprema Corte de Israel têm sido bastante progressistas no tocante aos casos envolvendo os direitos das mulheres, de homossexuais, de grupos com certas deficiências, entre outros. Apesar disso, desde 1948, a Corte nunca decidiu favoravelmente a direitos equânimes para os cidadãos árabes dentro do Estado, pois as decisões estão influenciadas pelo raciocínio de que as diferenças étnico-religiosas impedem que as minorias árabes do país tenham os mesmos direitos que os judeus (ADALAH, 1998).

## 2.3 - A PROPAGANDA ISRAELENSE

Edward Said destaca o grande paradoxo que representa a valorização dos direitos de algumas minorias políticas e a supressão dos direitos de outras, escrevendo sobre a importância da propaganda em omitir as atitudes segregacionistas e discriminadoras de Israel contra os palestinos e ao mesmo tempo semear a cultura israelense e judaica no exterior, exaltando seus valores democráticos no que tange a direitos para certas minorias:

Israel já colocou centenas de milhões de dólares naquilo que em hebraico é chamado de *hasbara*, informação para o mundo exterior (ou seja, propaganda). Isso inclui toda uma gama de esforços: almoços e viagens gratuitas para jornalistas influentes; seminários para estudantes universitários judeus que, numa semana numa propriedade estatal isolada, podem ser instruídos a “defender” Israel no *campus*, bombardear congressistas com convites e visitas; panfletos e, mais importante ainda, dinheiro para campanhas eleitorais; direcionar (ou, se necessário, hostilizar) fotógrafos e repórteres da atual Intifada, para obrigá-los a produzir certas imagens e não outras; tours de palestras e concertos musicais realizados por israelenses proeminentes em outros países (...) (SAID, 2003, p.130).

Para estruturar esta rígida propaganda israelense, surge a *Brand Israel*, adotada oficialmente pelo governo em 2005, campanha que é resultado da ação de um conjunto de firmas de *marketing* estadunidenses, especializadas na formação de imagens, conceitos e reputação - este aglomerado de firmas se autointitula *The Brand Israel Group*. O trabalho começou quando a empresa de publicidade *Young & Rubicam* colocou Israel em sua análise trimestral de 13 mil marcas. A pesquisa, realizada nos Estados Unidos, constatou que Israel era uma marca negativa, pois os jovens estadunidenses viam pouca relevância no país, relacionando-o diretamente a guerras (ELIA, 2013; POPPER, 2005). A partir desta comprovação, as autoridades israelenses e os grupos sionistas, preocupados, perceberam a necessidade de criar iniciativas que contornassem este cenário desfavorável.

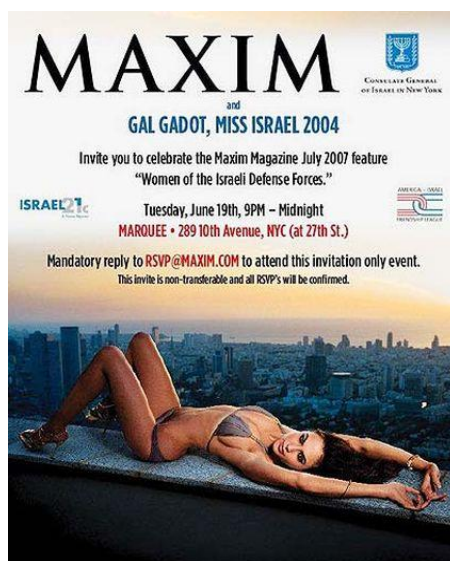
A campanha é financiada pelos ministérios mais poderosos de Israel: o Ministério de Relações Exteriores, o Escritório do Primeiro Ministro e o Ministério das Finanças (ELIA, 2013). Não por coincidência, a *Brand Israel* foi adotada alguns meses depois de a sociedade civil palestina emitir a chamada para a campanha *Boycott, Divestment and Sanctions* (SCHULMAN, 2012, *apud* SOMERSON, 2013) – Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), em português –, cujo objetivo é boicotar empresas e produtos israelenses ou

internacionais que lucrem através da violação dos direitos palestinos, além de instituições que promovam a cultura israelense<sup>17</sup>.

O propósito por trás da *Brand Israel*, como já mencionado neste trabalho, é tornar a imagem deste país relevante internacionalmente, desviando a reputação daquela de um Estado religioso e contencioso para notabilizá-lo pelo seu lado moderno, progressista e democrático (ELIA, 2013; CONWAY, 2012; POPPER, 2005; SCHULMAN, 2012, *apud* SOMERSON, 2013). A empatia pela figura do cidadão israelense também é essencial para a propaganda: o site estadunidense judaico *Forward* destaca que um membro do *Brand Israel Group*, Boaz Mourad, contou sobre a importância de que as pessoas (estrangeiros) sintam uma conexão pessoal com os israelenses, entendendo quem eles são (POPPER, 2005).

A campanha se viabiliza através do trabalho e do apoio de várias organizações, atuando em diversas frentes. Algumas organizações associadas à *Brand Israel* são a AIPAC (*American Israel Public Action Committee*) e a organização de relações públicas Israel21c, que, juntas, produzem e direcionam conteúdo para eventos acadêmicos e culturais (ELIA, 2013). No início da campanha, as propagandas ainda não eram amplamente orientadas ao público LGBT, tendo como alvo majoritariamente homens jovens heterossexuais estadunidenses. Neste sentido, em 2007, o Consulado Geral de Israel investiu em uma campanha com a *Maxim Magazine*, em um ensaio fotográfico intitulado “Mulheres das Forças de Defesa Israelenses” (SCHULMAN, 2011). Abaixo, imagem que promove o evento de lançamento do projeto, em Nova York.

**Figura 2:** Campanha fotográfica - As Mulheres das Forças Armadas Israelenses



Fonte: Reaching the Public, 2010.

<sup>17</sup> Mais informações sobre o Movimento BDS em: <<http://bdsmovement.net/bdsintro>>. Acesso em: 06 mar. 2016 e na seção 2.5 do presente capítulo.



Já em 2009, a propaganda israelense se diversifica, sendo dados os primeiros passos rumo à construção de uma imagem do país extremamente convidativa para a população LGBT, especialmente homens gays. Nesse ano, a *International Gay and Lesbian Travel Association* anunciou uma conferência em Tel Aviv para promover a cidade como um “destino mundial gay”. No mesmo período, a organização sionista *Stand With Us* anunciou o início de um projeto cujo propósito era mostrar aos participantes um outro aspecto de Israel, não relacionado a conflitos militares, mas sim voltado para discussões sobre sexualidade em diferentes âmbitos (BEZALEL, 2009; SCHULMAN, 2011). Ainda, o Ministério de Relações Exteriores decidiu enviar uma delegação israelense patrocinada pela embaixada de Israel na Dinamarca para os jogos olímpicos gays de 2009, os *World Outgames*, que iriam ocorrer em Copenhague (EICHNER, 2009).

Outra grande iniciativa foi tomada em 2010: o lançamento do projeto *TEL AVIV GAY VIBE*, uma campanha na internet que visava promover, especialmente para europeus LGBT, esta cidade como um destino turístico ideal (SADEH, 2010; SCHULMAN, 2011). A campanha foi anunciada por Scott Piro, um renomado agente de relações públicas e mídias sociais gay e judeu, e se realizou graças aos esforços conjuntos do Ministério de Turismo de Israel, do Conselho de Turismo de Tel Aviv e da maior organização LGBT de Israel, a *Agudah* (SCHULMAN, 2011).

Todas estas ações que constituem a *hasbara* israelense patrocinada pelo governo são alvos de severas críticas de militantes palestinos, sejam LGBT ou não. Todavia, a grande dimensão que ganhou o *pinkwashing* traz o foco das críticas mais pungentes para a propaganda que exalta Israel enquanto Estado acolhedor da população LGBT – incluindo LGBTs palestinos –, apesar do histórico de segregação destes últimos por parte dos israelenses. Como afirmou Sami Shamali, militante do grupo *queer* palestino *Al-Qaws*, “não existe uma porta rosa que me leve ao caminho secreto para atravessar a parede (de Israel)”<sup>18</sup> (SCHULMAN, 2012, *apud* SOMERSON, 2013, p.58). Por parede, ele se refere ao muro que separa a Palestina e os territórios ocupados por Israel, ou mesmo os postos de controle que vigiam a mobilidade dos palestinos, ou *checkpoints*, operados por agentes de segurança israelenses que humilham e maltratam este povo (SAID, 2003), independentemente de sua sexualidade (RITCHIE, 2010a; RITCHIE, 2014).

---

<sup>18</sup>Tradução nossa. There is no pink door leading to a secret pathway through the Wall for me.

## 2.4 - A RETÓRICA DA TOLERÂNCIA ISRAELENSE, *PINKWASHING* E O MEDO SELETIVO

O uso do termo *pinkwashing*, que se refere, conforme já tratado no capítulo anterior, à tentativa de desviar a atenção da ocupação da Palestina através da defesa dos direitos LGBT em Israel (SCHULMAN, 2012, *apud* SOMERSON, 2013) e do investimento em propaganda para difundir o país de forma *gay-friendly*, não está isento de contra críticas. Grupos LGBT liberais e indivíduos israelenses sionistas que não aceitam esta denominação carregada de acusações defendem a promoção dos direitos de LGBTs em Israel como um fator positivo e que em nada se relacionaria à questão palestina, negando que exista de fato o que se chama de *pinkwashing*. Scott Piro, responsável por parte da propaganda gay israelense, escreveu:

A ideia de que a campanha do Ministério de Relações Exteriores de Israel é parte de um esquema diabólico para encobrir os abusos ‘da ocupação’ é absolutamente uma invenção de ativistas *queer* anti-Israel; é a grande mentira deles. (...) grupos LGBT anti-Israel se formaram e buscaram fazer com que ser anti-Israel fosse um valor *queer*. Alguns destes ativistas são antissemitas - embora eles admitam ou não, mesmo para si mesmos<sup>19</sup>.

Neste mesmo ensaio, Piro reforça que os palestinos LGBT vivem em perigo sob a Autoridade Palestina, e menciona o relatório *Nowhere to Run: Gay Palestinian Asylum Seekers in Israel*, apontando a existência de relatos de palestinos LGBT que fugiram para Israel buscando asilo. Não obstante, sem se aprofundar sobre o relatório, Piro não menciona que Israel proíbe estas pessoas de acessarem os asilos simplesmente por serem palestinos. Na verdade, segundo o relatório, as Nações Unidas intervieram em alguns casos a fim de promover o restabelecimento de gays palestinos em outros países, mas o escritório da ONU para refugiados em Jerusalém frequentemente cooperou com o governo de Israel para excluir os palestinos do sistema de asilos. Esta atitude contraria uma regra geral do direito internacional, reconhecida pela Suprema Corte de Israel, que proíbe o retorno de um indivíduo para seu território de origem quando a vida ou a liberdade do mesmo esteja em perigo. Ainda, Piro omite que algumas narrativas presentes no relatório denunciam a truculência com que policiais israelenses trataram os palestinos em busca de asilo, sendo racistas e LGBTfóbicos (BEN-DOR; KAGAN, 2008).

---

<sup>19</sup>Tradução nossa. The idea that the Israel Ministry of Foreign Affairs’ campaign is part of a diabolical scheme to cover up abuses of ‘the occupation’ is completely anti-Israel queer activists’ invention; it is their great lie. Disponível em: <<http://www.raymondcook.net/blog/index.php/2011/11/06/pinkwashing-deconstructed/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

De forma irônica, Scott Piro tenta ainda desconstruir o *pinkwashing* lembrando que o grupo *Al-Qaws* fez sua “Festa Queer Palestina”, em outubro de 2011, em uma boate em Tel Aviv. A razão da escolha do local seria a falta de segurança para que os LGBTs palestinos se congregassem dentro de um local anunciado previamente no território da Cisjordânia, cujo governo é operado pela Autoridade Palestina.

A afirmação de Piro sobre o perigo de ser abertamente LGBT sob o governo palestino não é falsa, apesar de a homossexualidade haver sido descriminalizada na Cisjordânia desde os anos 1950, quando leis antissodomia criadas durante a influência colonial britânica foram retiradas do código penal jordaniano, que é seguido pelos palestinos que lá vivem. (INTERNATIONAL VIEWPOINT, 2012). Na Faixa de Gaza, entretanto, a lei da época do Mandato Britânico ainda é válida, sendo assim criminalizado o ato sexual entre dois homens (RITCHIE, 2014). Porém, esta argumentação não serve para desconstruir a ideia do *pinkwashing*: apontar a repressão à população LGBT nos países árabes e no território palestino não é o ponto principal, pois a acepção de *pinkwashing* não consiste em negar a existência da homofobia na Palestina, e nem, por outro lado, desconsiderar por completo as leis que garantem direitos à população LGBT em certos países e territórios.

O eixo norteador da problemática do *pinkwashing*, de acordo com Salem (2012) está na ideia de **que a causa palestina** - a luta anticolonial, antiocupação e de autoafirmação deste povo dentro do território em que vive - **seria inválida e ilegítima porque os palestinos são homofóbicos** (grifo nosso). Este discurso aparece de forma muito clara no meio político. Um episódio em que o *pinkwashing* se evidenciou neste meio ocorreu quando o site *Democracy Now* promoveu um debate em julho de 2014, período em que as forças israelenses atacaram Gaza militarmente, numa operação que deixou centenas de vítimas palestinas. Joshua Hantman, embaixador de Israel nos Estados Unidos, respondeu a uma pergunta sobre as mortes causadas na operação a partir de um argumento que se desviava do propósito da questão: “(O hamas) eles não permitiriam que uma mulher jovem, liberal e secular expressasse seus pontos de vista (...). Eles não deixariam que os meus amigos gays expressassem sua sexualidade livremente” (DEMOCRACY NOW, 2014; SEMERENE, 2014).

Este tipo de pensamento, que deslegitima a luta e o autogoverno palestino, pode apenas se sustentar se estiver apoiado por duas hipóteses: a de que a homofobia só existe em certos espaços e entre certos povos; a de que somente povos ‘ideais’ (isto é, não sexistas e

não homofóbicos, como será discutido adiante) mereçam ser livres e autogovernados. Tais hipóteses não se confirmam: a homofobia existe mesmo em sociedades ocidentais liberais, incluindo a israelense; e povos ‘ideais’ não existem, principalmente em se tratando de judeus israelenses sionistas, que querem homogeneizar o Estado de Israel a todo custo. Se o governo israelense quisesse ajudar os palestinos LGBT, a primeira iniciativa a ser tomada seria, certamente, acabar com a ocupação (SALEM, 2012).

Há, ainda, algumas questões significativas a serem consideradas que contribuem com o imaginário de que os palestinos não são ‘povos ideais’ e estão imbuídos de preconceito e intolerância: a transversalidade e as implicações entre a liberação dos sujeitos LGBT palestinos e a ocupação israelense de seu território e a tendência de que a LGBTfobia e o sexismo sejam, atualmente, grandes aspectos marcadores da cultura de uma sociedade, o que recai numa excessiva atenção voltada às culturas árabe e islâmica (MIKDASHI, 2012; RYAN, 2012).

Primeiro, os postos de controle, principais símbolos da ocupação, cerceiam a mobilidade dos palestinos e, assim: “Deveríamos esperar que palestinos *queer* abram bares gays e tenham paradas do orgulho gay quando eles nem mesmo podem visitar seus parceiros sem passar por um posto de controle israelense?”<sup>20</sup> (RYAN, 2012, tradução nossa). Se os palestinos têm sua liberdade de ir e vir tolhida dentro dos territórios palestinos ocupados por Israel, sendo obrigados a passar por rígidos postos de controle, a convivência de um casal LGBT em que um dos sujeitos viva em Tel-Aviv e outro na Faixa de Gaza seria quase impossível. Além disso, Ritchie (2010a, 2014) adverte sobre a violência proferida nos postos de controle constatada pelas experiências de palestinos *queer*, cujos relatos são extremamente negativos e apontam que sua sexualidade constitui mais uma fonte de abuso no ambiente destes postos (ou *checkpoints*). Desta forma, a celebração da identidade LGBT não tem sentido se não há celebração da liberdade de ir e vir e de uma vida livre de violência latente.

A outra questão, que concerne ao foco na igualdade de gênero e de direitos para a população LGBT enquanto caracterizadores de uma sociedade, implica, segundo Maya Mikdashi (2012) em um medo seletivo direcionado ao islã. A vitória islâmica nas eleições da Tunísia em 2012, por exemplo, “assustou” o mundo ocidental, que se perguntava sobre o que o novo governo causaria à vida das mulheres. Enquanto isso, cuspir em meninas de oito anos

---

<sup>20</sup> Should we expect queer Palestinians to open gay bars and have a pride parade when they can’t even visit their partners without going through an Israeli checkpoint?

ou apedrejar mulheres que violam o código de gênero do judaísmo ortodoxo não se transformou em um discurso sobre os direitos das mulheres ou sobre o patriarcado em Israel. Assim sendo, o sexismo e a LGBTfobia são amplamente divulgados principalmente quando estão relacionados ao islamismo ou ao arabismo, mas o fato é que estas formas de violência são invisibilizadas no contexto israelense, sendo que deveriam ser enfatizadas e combatidas independentemente de quem as produza (MIKDASHI, 2012).

Em Israel, embora haja avanços no que tange aos direitos LGBT<sup>21</sup> e existam propostas progressistas neste assunto dentro do parlamento, ou *Knesset* (ROTH, 2016), ainda persistem episódios alarmantes de homofobia e misoginia. Em dezembro 2011, em Beit Shemesh, cidade situada entre Tel-Aviv e Jerusalém, uma menina de 8 anos foi cuspidada e atacada verbalmente em via pública por judeus ultra ortodoxos, alegando que seu vestido não seguia o código de vestimenta adequado (KERSHNER, 2011). Já no início de 2012, na mesma cidade, também judeus ultra ortodoxos jogaram pedras em uma mulher, não havendo motivos claros<sup>22</sup>. Ainda, de acordo com uma pesquisa da *Clalit Health Service's Gay Clinic* de Tel Aviv, cerca de metade da população transgênero israelense já foi atacada fisicamente pelo menos uma vez por sua identidade de gênero, e 70% desta já foi abusada verbalmente (EFRATI, 2015). Estes fatos comprovam que, culturalmente, a sociedade israelense e o judaísmo não estão isentos de preconceitos de gênero e orientação sexual, em que pese os esforços e avanços jurídicos.

## 2.5 - MAPEAMENTO: A MILITÂNCIA QUEER PALESTINA

A prática do *pinkwashing* está baseada em uma lógica que vitimiza indivíduos LGBT palestinos, sendo entendidos como pessoas vulneráveis que devem ser salvas. A estes sujeitos LGBT árabes, que não podem existir (do ponto de vista ocidental) fora das sociedades liberais, é atribuída a categoria de sofrimento e passividade (RITCHIE, 2010b; SEGUER, 2014). Desmantelando esta linha de pensamento, surge a resistência palestina *queer*, que denuncia o *pinkwashing*, monitora as atividades de Israel que promovem esta prática (esta inspeção é espertamente chamada de *pinkwatching*) e articula ações de boicote e enfrentamento a atividades relacionadas ao *Brand Israel Group* e à *hasbara* (propaganda) israelense.

---

<sup>21</sup> Informações sobre os direitos LGBT em todo o mundo podem ser encontradas em: <[www.gaylaw.net](http://www.gaylaw.net)>.

<sup>22</sup> Israel: Jewish Extremists Attack Woman. *The Huffington Post*, s/d. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.com/2012/01/24/israel-jewish-extremists-woman\\_n\\_1227748.html](http://www.huffingtonpost.com/2012/01/24/israel-jewish-extremists-woman_n_1227748.html)>. Acesso em: 09 mar. 2016.

Uma das mais conhecidas campanhas de denúncia e boicote a Israel é o Movimento BDS - Boicote, Desinvestimento e Sanções (*Boycott, Divestment and Sanctions*). Lançado como uma campanha em julho de 2005, o BDS teve o endosso inicial de cerca de 170 organizações da sociedade civil palestina. O principal objetivo deste movimento, que cresce a cada ano, é fortalecer e espalhar a cultura do boicote como uma forma de resistência pacífica à ocupação israelense. Na prática, isto se traduz em algumas ações, dentre as quais estão: dar apoio à causa instruindo os legisladores (*policy makers*) e realizando *lobbies*; alcance midiático dentro e fora da Palestina, com estratégias de mídia profissionais; organizar o dia de ação global de BDS, no dia 30 de março (dia da Terra Palestina); desenvolver campanhas nos países árabes; treinar ativistas através de *workshops*, fornecendo materiais e informação através do *website*, e assim por diante<sup>23</sup>.

Como ramificação deste movimento, afloraram outros grupos, tais como o *Palestinian Queers for BDS (PQBDS)*, um grupo LGBT que se juntou ao BDS em 2011 para levantar a bandeira desta campanha e promovê-la, interligando a autoafirmação *queer* e o monitoramento do *pinkwashing* - ou seja, realizando o *pinkwatching* - ao movimento de boicote a Israel.<sup>24</sup> Por sua vez, o *pinkwatching* se fortalece como uma plataforma (<http://www.pinkwatchingisrael.com>) através da qual grupos em todo o mundo podem trocar informações e robustecer seus esforços. Nessa plataforma *online*, a campanha *Pinkwatching Israel* fornece informações úteis para ativistas, tais como uma linha do tempo relacionada ao trabalho da militância *queer* junto às campanhas de BDS e um “kit de ferramentas” que explana as estratégias de relações públicas do Estado de Israel e exemplifica ações de resistência por parte de diversos grupos anti-*pinkwashing*<sup>25</sup>. Ainda nesta linha de combate, estão grupos bastante notáveis como o *Queers Against Israeli Apartheid*, em Toronto, Canadá, cujas atividades se encerraram em 2015<sup>26</sup>, e o *New York City Queers Against Israeli Apartheid*, cujas ações se estendem pelos Estados Unidos e concentram-se principalmente em conscientizar a população através do boicote a atividades acadêmicas relacionadas ao *pinkwashing* e à propaganda gay israelense em todo o país<sup>27</sup>.

---

<sup>23</sup> Informações encontradas em <<https://www.bdsmovement.net>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>24</sup> Mais informações em: <<https://pqbds.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>25</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.pinkwatchingisrael.com>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>26</sup> Informação encontrada em: <<http://queersagainstapartheid.org/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

<sup>27</sup> Estas informações se encontram em: <<http://www.queersagainstisraeliapartheid.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Outros grupos, voltados para a diversidade sexual na Palestina, mas não necessariamente organizados em torno da campanha anti-*pinkwashing*, são o Al-Qaws, com sedes físicas em Yaffa, Jerusalém Oriental, Ramallah (esta pertencente à Faixa de Gaza) e Haifa, que trabalha no sentido de aconselhar e dar suporte a indivíduos LGBT palestinos, criar uma comunidade segura e de ajuda mútua e promover mudanças culturais e sociais mais amplas em direção ao reconhecimento dos sujeitos LGBT na Palestina; e o Aswat, grupo de mulheres *queer* palestinas que vivem em Israel, visando o empoderamento e o suporte mútuo destas<sup>28</sup>.

No *Facebook*, ferramenta de mídia social, existem diversas páginas de grupos *anti-pinkwashing* e pró-diversidade sexual na Palestina e nos países árabes – que não necessariamente têm outras plataformas *online*, sedes físicas ou se reúnem pessoalmente<sup>29</sup> – nas quais ocorre a conscientização, por um lado, acerca das estratégias israelenses e, por outro, das estratégias de resistência da militância, através da disponibilidade de notícias e relatos individuais. Algumas páginas importantes são: *Queer Palestinian Empowerment Network*, *Muslims Against Homophobia and LGBT Hate*; *LGBT Muslims & Their Allies*; além de páginas de movimentos já aqui mencionados, como o *Pinkwatching Israel*, o *Palestinian Queers for BDS*, dentre outros.

Essas redes de militância, voltadas à liberação palestina em termos antineoliberais, identificam-se, em suas expressões pelo *Facebook* e pelas diversas plataformas *online*, como uma rede de luta anticolonial. Mais do que isso, a solidariedade internacional que compõe a luta anticolonial palestina também concebe seus esforços como uma luta *queer*, pois se entende que a liberação palestina também é, em grande parte, uma liberação dos sujeitos LGBT palestinos, pelos seguintes motivos: liberdade de ir e vir, sem sofrer constrangimentos nos *checkpoints* por sua sexualidade; autoafirmação e fortalecimento para que possam ser agentes, dentro de uma sociedade mais livre, da discussão sobre sexualidade e direitos; capacidade de decidir sobre o seu próprio rumo como agentes de sua sociedade, sem o tolhimento imposto pela violência e invasão israelense em vários aspectos da vida palestina. Ao mesmo tempo, a luta *queer* na palestina é, por si só, uma luta anticolonial, pois o

---

<sup>28</sup> Mais informações em: <<http://http://Al-Qaws.org/>> e <<http://http://aswatgroup.org/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

<sup>29</sup> Através de uma conversa pelo *Facebook* com a autora deste trabalho, o(a) co-fundador(a) da página *Queer Palestinian Empowerment Network* afirmou que, por enquanto, a página corresponde apenas a uma plataforma online de comunicação que representa algumas comunidades *queer* palestinas, não sendo uma organização formal.

movimento LGBT palestino entende, por suas próprias experiências, que as reivindicações LGBT não se restringem à luta por liberdade que se encaixa nos preceitos de uma sociedade liberal e ocidentalizada tal como a sociedade israelense<sup>30</sup>.

A história de desapropriação, invasão e usurpação a que foram acometidos os palestinos desde 1948 traz consigo diversos desdobramentos que rodeiam e compõem a problemática do *pinwashing*. Do investimento na criação do Estado judeu sionista israelense, herda-se a segregação à qual são submetidos os árabes dentro de Israel, assim como a política do *apartheid* aplicada aos árabes palestinos, que restringe seus direitos de mobilidade. Desta história tão complexa e violenta que se desenvolve desde 1948, Israel tenta se esconder através do investimento em propaganda, que, de forma inteligente, direcionou-se ao investimento propagandístico sobre os direitos da população LGBT em Israel, que não deixa de ser positivo para as liberdades dos judeus israelenses, mas recai sobre a população árabe e palestina de modo geral, pois logra enquadrá-los dentro dos rótulos da barbaridade e do atraso e contrapô-los ao avanço da modernidade israelense. Estando em voga recentemente com mais força as lutas e discussões sobre os direitos das mulheres e das minorias LGBT, a população árabe, o islã e, no caso aqui estudado, a Palestina, passam a chamar atenção da mídia internacional, reforçando o medo ocidental seletivo, como se o Oriente Médio, especialmente, fosse inteiramente misógino e homofóbico, ao passo que o Ocidente seguraria o bastião dos direitos humanos, com o intuito de salvar o Oriente de sua própria selvageria (MIKDASHI, 2012). Neste contexto, aparecem, para contestar estes imaginários, os grupos de militância *queer* e anticolonial, que se esforçam para desconstruir este raciocínio, denunciando a violência e a ocupação colonial, mostrando que podem ser agentes de sua própria história.

A seguir, a apresentação de um recorte das teorias pós-modernas e pós-coloniais – a partir do qual permitir-se-á uma ligação com as teorias *queer* – trará reflexões para a possibilidade de se pensar o conflito palestino-israelense, o *pinkwashing* e a solidariedade das militâncias *queer* e anticoloniais internacionais e palestinas a partir de aportes multidisciplinares que são capazes de enriquecer o espectro de análises sobre o tema Israel-Palestina, indo além das abordagens tradicionais das Relações Internacionais.

---

<sup>30</sup> Haneen Maikey, diretora da *Al-Qaws*, explica a dinâmica, a complexidade e a solidariedade dentro das lutas *queer*/anticoloniais palestina e internacional em uma palestra, que será mencionada no capítulo 4.



### **3 - APORTES TEÓRICOS - DESCONSTRUIR AS RI TRADICIONAIS: PÓS-COLONIALISMO E PÓS-MODERNISMO**

Das perspectivas críticas às teorias dominantes das Relações Internacionais, este capítulo irá versar especialmente sobre as teorias pós-coloniais, sem excluir o entrelaçamento entre estas teorias e as perspectivas pós-modernas, dentro das quais se encontra a teoria *queer*. Embora existam várias divergências entre o pós-colonialismo e o pós-modernismo, um recorte específico dentro desta última corrente pode revelar alguns pontos de convergência entre ambas, incluindo posições normativas.

No caso dos pós-colonialistas, são marcantes o reconhecimento de que não existe neutralidade científica e a admissão de que o pós-colonialismo toma posições valorativas, que prezam por princípios específicos, sobretudo de cunho antirracista e anticolonialista; os pós-modernistas também desconstroem radicalmente a neutralidade autoproclamada pelos positivistas, mas muitas vezes não trazem à tona alguns questionamentos concernentes a práticas coloniais e à ação política anticolonial. Como será mostrado no recorte escolhido para o presente trabalho, o pós-colonialismo e o pós-modernismo podem apresentar pressuposições semelhantes, com possíveis entrelaçamentos, propondo uma ética global diferente (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; TEIMOURI, 2012). Sem este tipo abordagem, não é possível discutir *pinkwashing* de modo crítico e posicionado, que contribua com a resistência palestina e reconheça a apropriação e a violência acometida a este povo por parte de Israel desde 1948.

Se as teorias normativas reconhecem sua posição política e sua parcialidade, os teóricos de solução de problemas, em contrapartida – liberais e realistas –, acreditam na imparcialidade. Estas teorias que se afirmam imparciais são as mais reconhecidas do campo das Relações Internacionais, embora venham perdendo um pouco de sua proeminência a partir dos anos 1990, quando críticas mais pungentes ao positivismo foram postas em discussão. As críticas pós-positivistas se caracterizam, sobretudo, pelo questionamento aos pressupostos epistemológicos positivistas e racionalistas das teorias tradicionais (RESENDE, 2010). Antes disso, porém, vale a pena elencar alguns problemas ontológicos das teorias dominantes no campo das RI. Para tal, podemos levantar a questão: Será que o embasamento empírico e o uso de fatos e repetições históricas que legitimam as teorias tradicionais são tão ricos a ponto de justificar as proporções e a predominância que as mesmas lograram na área de Relações Internacionais?

### 3.1 - O ESTREITISMO DAS TEORIAS TRADICIONAIS

Segundo Acharya e Buzan (2010), o neorrealismo (e também o realismo clássico) projeta para o mundo o esquema da anarquia internacional e da balança de poder como fatos históricos permanentes. A política de poder neorrealista se baseia nas necessidades de sobrevivência dos Estados dentro da anarquia internacional, usando exemplos históricos ocidentais e orientais (da Índia, da China e do mundo maia) que representam a dinâmica da anarquia e a busca pelo equilíbrio de poder. Estes exemplos, no entanto, não são totalizantes, visto que os impérios persa, inca e asteca controlavam os territórios que conheciam e que lhes interessavam, sem a presença da dinâmica da balança de poder. Outro problema apontado por Acharya e Buzan (2010), é a “camisa de força” vestfaliana que envolve e prende o ponto de vista neorrealista, isto é, a visão estreita de que o Estado é o principal ator na totalidade das relações políticas internacionais, sendo até comparado a uma caixa preta, além da imposição do sistema político ocidental ao restante do mundo, sem a imaginação de um outro mundo possível.

Robert Cox (1996) aponta que, após a Segunda Guerra, os neorrealistas Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, apesar de seu robusto conhecimento histórico, adotaram uma visão ahistórica de explicação do comportamento dos Estados, inspirada pelo clima da Guerra Fria e embasada no princípio de razão de estado de Maquiavel. A teoria neorrealista, que Cox classifica como teoria de solução de problemas, passou a ser uma prescrição para o comportamento dos Estados de modo perene, desprovida de seu contexto inicial e ignorando possibilidades de mudança. As bases do neorrealismo apontam que os atores irão reagir de acordo com as expectativas de ação dos outros, que podem ser as piores possíveis, e a própria teoria tem uma função proselitista em favor deste tipo de racionalidade. Portanto, o neorrealismo não tem preocupação valorativa enquanto proposição teórica; ao invés disso, propõe ações e soluções considerando-se amoral, afirmando retratar o mundo como ele é (COX, 1996).

Por outro lado, Morgenthau (2003) afirma que o realismo político tem, além do elemento teórico, um elemento normativo. Esta normatividade, no entanto, difere da normatividade à que se referem as teorias críticas. Para Morgenthau, a qualidade normativa do realismo político reside em elencar os elementos racionais da realidade política para transformá-los em teoria. A partir disso, a construção teórica realista estaria tão próxima do mundo real quanto poderia estar, no sentido de congregar e explanar a lógica do comportamento racional dos Estados. Considerando que uma política externa racional é uma

boa política externa, Morgenthau se contenta em afirmar que o neorrealismo é normativo porque constrói a base teórica do comportamento racional dos Estados, que equivale ao bom comportamento dos Estados, à boa política externa. Nas palavras do autor:

(...) o realismo político considera que uma política externa racional é uma boa política externa, visto que somente uma política externa racional minimiza riscos e maximiza vantagens; desse modo, satisfaz tanto o preceito moral da prudência como a exigência política de sucesso. O realismo político deseja que o retrato fotográfico do mundo político se assemelhe tanto quanto possível ao seu retrato pintado. Consciente da separação inevitável que existe entre a política externa boa isto é, racional - e a política externa como ela é realmente, o realismo político sustenta não somente que a teoria tem de ser focalizada sobre os elementos racionais da realidade política, mas também que a política externa tem de ser racional em vista de seus propósitos morais e práticos (MORGENTHAU, 2003, p.16).

Visto isso, é interessante apresentar a contribuição de Mark B. Salter (2002), que enfatiza a experiência pessoal de Hans Morgenthau como refugiado (fugindo da Alemanha de Hitler para os EUA), o que moldou sua percepção sobre as Relações Internacionais, homens de Estado e a moralidade. Salter lembra que Hitler foi tomado como modelo de referência para as ações de Stalin durante a Guerra Fria. As maiores proposições teóricas de Morgenthau sobre a sobrevivência dos Estados em um ambiente anárquico, no qual o comportamento dos Estados poderosos é fundamentado na reação às possíveis ações agressivas de outros Estados poderosos, teriam sido, então, referenciadas pela conduta de Hitler.

Para Salter (2002), esta postura de Hitler, que certa vez discursou que usaria de todos os meios que lhe fossem convenientes na política de poder, sem a mínima preocupação com a moral e a honra, foi utilizada como modelo para os homens de Estado no pós-guerra (embora não esteja explicitamente incorporada nas premissas da teoria realista). Dois aspectos negligenciados do pensamento de Hitler, que indicam falhas referenciais no realismo, são: a ideologia racista hitleriana, que intensificava os objetivos da política de Estado, tornando-os agressivos, partindo de um princípio irracional (o racismo, isto é, a crença de que uma raça é superior à outra) e que raramente é um objeto de Estudo nas Relações Internacionais; e a ideia de Hitler fortemente baseada no Darwinismo social, de que apenas os mais brutos e fortes podem sobreviver, que vai além da linha da autodefesa, defendendo que a agressão é a única maneira de garantir a segurança (SALTER, 2002).

Com a premissa de que os Estados devem agir racionalmente e que normalmente o fazem, Morgenthau (2003) afirma desacreditar na importância de personalidades políticas, seus motivos e preferências ideológicas:

(...) A ameaça de que uma poderosa Alemanha estabeleça sua hegemonia sobre a Europa não será atalhada mediante o simples afastamento de uma série de líderes germânicos. (...) Uma vez que tenhamos identificado determinadas pessoas, ou grupos de pessoas, como a fonte do mal, parecem-nos ter entendido o nexo causal que nos conduz desses indivíduos ao problema social e essa compreensão ilusória nos sugere a solução aparente: eliminemos os indivíduos "responsáveis" e o problema estará resolvido (MORGENTHAU, 2003, p.13).

E mais:

Uma teoria realista da política internacional evitará, portanto, duas falácias populares: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas. O realismo parte do princípio de que a natureza de uma determinada política externa só pode ser averiguada por meio do exame dos atos políticos realizados e das consequências previsíveis desses atos. Desse modo, torna-se possível descobrir o que os políticos realmente fizeram. Do exame das consequências previsíveis de seus atos, podemos presumir quais teriam sido os seus objetivos (MORGENTHAU, 2003, p.7).

Os trechos acima, lidos à luz da crítica de Salter (2002) põem em cheque algumas questões sobre a teoria de Morgenthau: 1) sua objetividade teórica e racionalidade positivistas e sua descrença na importância de líderes políticos para a definição do comportamento dos Estados se confrontam com a experiência pessoal marcante do autor em relação ao objeto estudado, pois o mesmo fugiu da Alemanha durante o mandato de Hitler; 2) a pressuposição de que o estudo da racionalidade estatal para a previsão de comportamentos externos e a preparação da autodefesa é distorcida quando a Alemanha se torna um dos referenciais empíricos para basear a teoria, já que, como colocou Salter (2002), o fascismo hitleriano, difundido de forma eficiente principalmente dentro da Alemanha, é uma ideologia extremamente racista, baseada na superioridade da raça ariana e, portanto, irracional.

Quanto ao neoliberalismo, Acharya e Buzan (2010) afirmam que os princípios de individualismo e de mercado, que caracterizam a teoria, provêm do pensamento ocidental, mas são apresentados como verdades universais, que seriam benéficas para toda a humanidade. Embora o liberalismo e o neoliberalismo afirmem buscar a justiça e a prosperidade mundiais, falham em encontrar as inequidades inerentes ao sistema que pregam, além de entenderem que os valores ocidentais são culturalmente superiores aos princípios do resto do mundo, "atrasado" e dependente da salvação ocidental.

No síntese neo-neo dos anos 1970, embora o debate estivesse fomentado pelas principais divergências entre o neoliberalismo e o neorrealismo, expuseram-se, também, as principais áreas de concordância. Estas correntes racionalistas convergem quanto à natureza da política internacional, pois envolvem asserções de que os atores são unitários e racionais; de que a política externa e o comportamento internacional são motivados por interesses egoístas dos Estados, que por sua vez é posto como um fenômeno dado; direcionam as principais discussões aos padrões de cooperação e conflito, etc. Essas similaridades ontológicas mostram que o ponto de vista geral sobre a lógica da política internacional e sobre o padrão de opções de comportamento dos atores dentro desta é compartilhado pelos neorrealistas e neoliberais, que discordam em pontos mais específicos tais como enfatizar a busca por ganhos relativos (para os neoliberais) ou absolutos (para os neorrealistas), além do papel das instituições em mitigar a anarquia internacional, umas das maiores questões de argumentação do neoliberalismo. O debate neo-neo, partindo de premissas tão parecidas, exclui várias questões políticas, sociais e econômicas, que não concernem ao Estado como único ator, ou que giram ao redor de questões de interesse e identidade, da ontologia das Relações Internacionais, deixando-as à parte daquelas dadas de modo exógeno por uma visão de mundo racionalista (SMITH, 2000).

Buzan e Little (2010) também denunciam o estreitismo metodológico das teorias tradicionais de RI. Este estreitismo estaria concentrado em cinco falhas: 1) o presentismo, ou a tendência de ver o passado em termos do presente; 2) o ahistoricismo, ou a crença de que existem regularidades universais que podem ser utilizadas de forma perene para compreender qualquer fenômeno; 3) o eurocentrismo, ou o privilégio da experiência europeia entendimento geral das Relações Internacionais; 4) a anarcofilia, ou presumir que as Relações Internacionais e o sistema anárquico sejam equivalentes; 5) o Estadocentrismo.

O presentismo e o ahistoricismo se desvendam na medida em que temas como balança de poder, cooperação na anarquia, interdependência, entre outros, se consolidam porque são estudados a partir de abordagens que priorizam a constância e a estabilidade dos fenômenos. Estes conceitos perduram no tempo a partir da recorrência atemporal a comparações com acontecimentos que ocorreram no século XIX, como a balança de poder europeia, e da repetição destes termos na linguagem (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Para Morgenthau (2003), a estabilidade dos fenômenos é real, porque a humanidade reage aos diversos acontecimentos sociais em padrões repetitivos. O estado de prontidão da mente humana para reagir às situações sociais de modo objetivo, pela lei do menor esforço, seria também aplicado à conduta dos Estados:

A natureza humana, em que as leis da política têm as suas raízes, é a mesma desde as filosofias clássicas da China e da Índia. A Grécia buscou descobrir essas leis. (...) o fato de que uma teoria política tenha sido desenvolvida há centenas ou mesmo milhares de anos - como foi o caso da teoria do equilíbrio do poder - não deve criar a presunção de que ela tenha de ser ultrapassada e vista como obsoleta. Uma teoria política deve ser submetida ao teste duplo da razão e da experiência. Relegar uma determinada teoria porque ela floresceu séculos atrás significa apresentar não um argumento racional, mas um preconceito modernista que considera natural a superioridade do presente sobre o passado (MORGENTHAU, 2003, p.5).

O autor pós-modernista Richard K. Ashley interpreta que o neorrealismo coloca o próprio conhecimento de Relações Internacionais como mais do que estadocêntrico: é inerente à existência do Estado como ator central. Ou seja, só se estuda RI tendo-se o Estado como ator a partir do qual as circunstâncias necessárias à operação das relações internacionais vão existir. Na verdade, para ele, o conhecimento das RI é intrínseco à existência do Estado. Se a existência do Estado, nesta abordagem, é inquestionável e o mesmo é entendido como uma caixa preta, essa técnica (de abordagem da política internacional) permite que, na política internacional, eliminem-se as restrições jurídicas e morais existentes nas sociedades domésticas (ASHLEY, 1986, *apud* NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Provém desta forma de pensamento que a Anarcofilia presente nas teorias tradicionais (BUZAN; LITTLE, 2010), em especial o realismo e o neorrealismo, é uma característica naturalmente incorporada à política internacional, haja vista que os Estados, atores absolutos no sistema internacional, não enfrentam as já mencionadas restrições jurídicas presentes na esfera doméstica.

Este discurso, que não questiona a construção do Estado, seus processos passados e os efeitos atuais sobre a vida dos indivíduos, tem um peso forte quando se traduz para a prática política: negligencia a importância da violação às vidas palestinas, já que a Palestina é apenas um território, e não um Estado. As maiores condenações a Israel dentro da ONU e as resoluções que pediam mais veementemente o afastamento israelense dos territórios ocupados passaram a ser elaboradas apenas a partir do momento em que Israel usurpou territórios de outros Estados. Na guerra de 1967, Israel invadiu territórios pertencentes a Estados árabes: tomou os territórios de Jerusalém Oriental e a Cisjordânia da Jordânia; apoderou-se da Península do Sinai e da Faixa de Gaza, territórios egípcios; e tomou da Síria as Colinas de Golã. Foi a partir desse conflito que a ONU tornou-se mais atenta às atitudes israelenses, o conteúdo das resoluções passou a ser mais categórico e as condenações a Israel

tornaram-se mais claras, apesar de nem sempre encontrarem obediência por parte deste Estado (GELDENHUYS, 2004).

Pensar o Estado como um ator superior, absoluto, soberano, utilitarista e racional é uma lógica que se pretende universal, e está presente tanto nas teorias tradicionais quanto no ponto de vista da política internacional dos países poderosos, operada por esta visão estreita e tradicional da política internacional. Porém, esta universalidade, de fato, não existe: contrapõe-se a concepções asiáticas da ação do Estado e das relações internacionais per si, e é, como já discutido no capítulo 1, inoperável para alguns Estados dentro do continente africano (ACHARYA; BUZAN, 2010; DUNN, 2011). Deste modo, a emergência de outras concepções e a abertura a diferentes formas de conhecimento e de narrativas históricas é essencial para balancear o campo de estudos e tornar positiva a representação e o reconhecimento da capacidade de agência de outros atores e outras formas de se relacionar politicamente. Para abarcar esta discussão, será destrinchada a perspectiva pós-colonialista.

### **3.2 - ADENTRANDO O PÓS-COLONIALISMO**

A crítica pós-colonialista, ou os estudos pós-coloniais, têm o intuito de questionar e reformular os sistemas de valores e interesses hegemônicos, seja no campo acadêmico de forma ampla ou dentro das próprias Relações Internacionais. Krishna (2010) faz uma crítica ferrenha às RI hegemônicas, apontando algumas características que marcam disciplina e que a tornam resistente às formas de conhecimento não-hegemônicas: o tabu contra narrativas históricas e descritivas, o fetiche por análises quantitativas que transformam narrativas históricas amplamente contestadas em números, a redução de seres humanos a meros maximizadores de utilidade, a preferência por teorias de solução de problemas a teorias críticas.

O pós-colonialismo, sendo crítico, normativo e, portanto, tomando uma posição ética, preocupa-se com a valorização do *outro*, do marginalizado, seja no reconhecimento de sua atividade política ou propalando narrativas históricas, culturais e políticas que são esquecidas devido à proeminência das narrativas ocidentais tradicionais (TEIMOURI, 2012). Salter (2002) segue esta linha quando aponta a posição eurocêntrica do reconhecido teórico realista Frederick Schuman, autor do livro *International Politics*, de 1933. Segundo Salter, Schuman pensou, durante a Guerra Fria, em três possibilidades de ação para os países africanos: a primeira seria a aquiescência à URSS ou aos EUA; a segunda, terrorismo e violência contra o

colonialismo branco; a terceira, a passividade, a espera, a esperança. Para Schuman, então, os países africanos teriam apenas duas possibilidades de conduta: a violência e a aquiescência. A terceira opção equivaleria, segundo o autor, ao não-alinhamento, à passividade extrema, acompanhada de repressão governamental interna. Este caminho, escolhido de fato por alguns países, era, para Schuman, um comportamento aberrante no *modus operandi* das relações internacionais (SCHUMAN *apud* SALTER, 2002).

Tal visão torna claro o enviesamento das correntes tradicionais: durante a Guerra Fria, o esforço menor consistia, na verdade, no alinhamento a uma das potências, pois, ao decidir pelo não alinhamento, os países do Terceiro Mundo tinham que resistir aos incentivos e às pressões dos EUA e da União Soviética, que não foram levadas em conta por Frederick Schuman e sua visão teórica realista. Assim, a capacidade de conduta ativa do “Terceiro Mundo” foi ignorada, pois Schuman não reconheceu o pesado custo que envolvia o empenho do não-alinhamento, além de desprezar esta conduta pelo fato de não se encaixar no campo operante das principais potências internacionais da época. Da mesma forma, ainda nos dias de hoje, os lugares descolonizados não são reconhecidos, no campo tradicional das RI como lugares de ação política e produção de conhecimento: são, ao invés disso, reconhecidos como mero campo de ação para os interesses dos países poderosos (SALTER, 2002).

O pós-colonialismo, discernindo a seletividade da história Ocidental e sua capacidade de propagação neste viés de reconhecimento do *outro* e desafiando o obscurecimento de alguns relatos históricos em prol da valorização alguns outros, atesta alguns fundamentos do pós-modernismo, principalmente no que concerne ao argumento desenvolvido por Michel Foucault de que não existe separação entre a construção do conhecimento e os mecanismos de dominação. Ambas as escolas entendem que a ciência não é neutra, e que o positivismo exalta o conhecimento das narrativas dominantes europeias e norte-americanas, viabilizando, desta forma, a reprodução de formas de dominação ao longo da história. Outra similitude entre o pós-colonialismo e o pós-modernismo é a concordância de que algumas práticas discursivas podem ter efeito sobre a vida e a morte, afetando trajetórias de sociedades e grupos, permitindo a continuidade de práticas de dominação, opressão e apropriação. Ambas as correntes são, assim, pós-positivistas, pois refutam a capacidade de separação entre o sujeito e o objeto, a capacidade de neutralidade, e não negam posicionamentos políticos sobre os objetos de estudo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Edward Said, por exemplo, sempre explicitava sua postura pró Palestina, e Boaventura de Sousa Santos é profundamente envolvido com uma diversidade de movimentos sociais, sendo uma importante personalidade na trajetória dos Fóruns Sociais Mundiais (SANTOS, 2016).



O centro dos argumentos de Edward Said, autor que se encaixa na corrente pós-colonialista, está fundado na premissa de que o conhecimento é uma forma de poder. Said explica como o Oriente foi construído e dominado no processo de acumulação e criação de conhecimento por parte do Ocidente. Este ponto é importante porque diferencia os pós-colonialistas dos pós-modernistas: Said não somente acredita na relação entre poder e conhecimento, mas também explana a operacionalização desta relação quando analisa importantes obras literárias ocidentais e entende como o Oriente é obscurecido por estas obras. Said, então, estabelece uma ligação entre os modos de obtenção do conhecimento e os modos de dominação do sujeito sobre o qual o conhecimento é produzido (SAID, 1978, *apud* TEIMOURI, 2012; SAID, 2007). Partidário do lado palestino, Said enuncia o desserviço da visão orientalista à luta deste povo, cujas reivindicações e histórias de vida recebem pouca atenção da comunidade internacional e da mídia, respaldadas por esta construção histórica que facilita a empatia para com Israel e a indiferença ou preconceito para com o povo árabe palestino (SAID, 2003).

As teorias pós-coloniais são teorias de ação, que estudam o passado para entender como este influenciou o presente, de modo a dar voz aos atores que foram sobrepajados pela História e pela construção do conhecimento. O pós-modernismo, por sua vez, não tem o objetivo claro de delegar ação aos sujeitos e valorizar diferentes narrativas: foca-se mais em desconstruir as verdades positivistas, esfacelando os paradigmas da ciência moderna, referenciados pelas experiências ocidentais e voltados para o Ocidente:

O Orientalismo é um caso exemplar que demonstra o interesse pós-colonial em ilustrar a forma pela qual uma perspectiva particular sobre o passado pode influenciar o presente. O Orientalismo investiga as representações textuais do passado que têm vindo a prejudicar a construção das imagens do presente. A disparidade entre o pós-modernismo e o pós-colonialismo neste aspecto pode ser atribuída à necessidade deste último de preservar a ação humana voltada aos discursos das minorias. Para os marginalizados, nem a perpétua postergação da materialização da identidade e da cultura, nem um retorno regressivo a um passado absoluto são sugeríveis. Eles precisam negociar seu caminho de fuga do binarismo a um ponto em que a crença na ação humana e nas evidências históricas não caiam no absolutismo da tradição e nem no relativismo do pós-modernismo<sup>31</sup> (TEIMOURI, 2012, p. 11, tradução nossa).

---

<sup>31</sup> Orientalism is an exemplary case which demonstrates the post-colonial interest in illustrating the way a particular perspective from the past can influence the present. Orientalism delves into the textual representations of the past which have come to prejudice the construction of the present image. The disparity between the postmodern and the post-colonial in this respect can again be attributed to the importance that can be attached to the necessity of preserving human agency for discourses of minority. For the marginalized neither the perpetual deferral of the materialization of identity and culture nor a regressive return to an absolute past is advisable.

Ainda que ao pós-modernismo seja atribuído, pelos críticos positivistas, o estigma do relativismo e da desconstrução (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), essas características não são absolutas: Judith Butler<sup>32</sup> (2015), autora *queer* e pós-moderna, denuncia a instrumentalização dos direitos LGBT que opera em favor da exclusão de alguns grupos dentro do corpo nacional. Jasbir Puar (2007), também orientada por aportes *queer* e pós-modernos, formula o conceito de homonacionalismo. Esses objetos de estudo, dentro das discussões das autoras, se apresentam como um recorte bastante útil ao trabalho dos grupos ativistas de boicote a Israel e contra o *pinkwashing*, e auxiliam na construção do discurso contra-hegemônico, atento às estratégias segregacionistas do Estado de Israel e ao discurso imperialista embutido na literatura tradicional de RI, antropologia e ciência política, etc., conforme discutem Said (2007) e Escobar (1995).

Já dentro de uma abordagem que tende ao pós-colonialismo, Said (2007) assinala que a imagem presente, isto é, a representação visual e de ideias compartilhadas pelo Ocidente sobre o Oriente, provém de processos de construção histórica e textual que datam da época das Cruzadas. Segundo o autor, a França e a Grã-Bretanha iniciaram as interpretações Orientalistas, que se constituíam, até o início do século XIX, apenas pelo olhar sobre a Índia e as terras bíblicas. Deste século até o final da Segunda Guerra, a França e a Grã-Bretanha estenderam seu domínio e suas visões orientalistas, até que, no pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos tomaram este papel - que se intensificou consideravelmente após o atentado de 11 de Setembro.

O Orientalismo a que especificamente se refere Edward Said – sabendo ele que, fora de sua obra, se atribuem também outros significados à palavra - é um sistema elaborado de ideias, um investimento material fincado em um pensamento que visa distorcer e fantasiar a realidade. Said o entende como uma instituição autorizada a lidar com o Oriente, a reestruturá-lo e ter domínio sobre o mesmo (SAID, 2007). Por isso, as representações textuais e imagéticas, a atribuição de significados e as interpretações sobre a verdade estão profundamente marcadas por um esforço ocidental materializado e institucionalizado: não é apenas um acaso histórico, mas um instrumento, um investimento. Said desconstrói discursos ocidentais autoritários, observando sua instrumentalidade e utilidade (GROVOGUI, 2010):

---

They need to negotiate their way out of this binarism to a point where the belief in human agency and historical verification do not fall into the absolutism of tradition or relativism of postmodernist.

<sup>32</sup> Em um painel no Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2012, a ativista negra estadunidense Angela Davis menciona o diálogo positivo entre Judith Butler e militantes da questão palestina. Ver: AL-QAWS. What is Queer BDS? Pinkwashing, Intersections, Struggles, Politics (Angela Davis). **Youtube**, 29 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M4VX6z5FV4Y>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

Em suma, por causa do Orientalismo, o Oriente não era (e não é) um tema livre para o pensamento e a ação. Isso não quer dizer que o Orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que consiste numa rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa identidade peculiar, o “Oriente”, é discutida (SAID, 2007, p.30).

Esta instrumentalidade dos discursos ocidentais se oportuniza na Guerra ao Terror do pós 11 de Setembro, lançada pelos Estados Unidos com respaldo da Europa. A racionalidade política dos terroristas, em sua maioria advindos de países muçulmanos, foi totalmente dispensada, sob a perspectiva de que eles não têm justa causa para o uso da violência. Por estes não terem justa causa, as sociedades “civilizadas” têm o direito de combater o terrorismo violentamente, desrespeitando, inclusive, convenções e normas internacionais (GROVOGUI, 2010). O desconhecimento sobre o *outro* lado da história, sobre a religião, sobre perspectivas alternativas relacionadas a intervenções externas por parte das potências ocidentais, e a conduta passiva atribuída ao “Terceiro Mundo” permitem que se dispense a racionalidade e a origem do terrorismo, tornando quase justificáveis as violações das regras internacionais pelo Ocidente em seu combate aos *outros*.

Outra vez, é válida a asserção de Boaventura de Sousa Santos (2007), de que a violação dos direitos humanos é justificada e legitimada quando serve para a defesa destes mesmos direitos. A violação dos direitos humanos de alguns grupos antecede a proteção dos direitos humanos de outros grupos. A questão é: que grupos são violados e que grupos são defendidos? Mais adiante, os argumentos aqui expostos serão contextualizados no conflito Israel-Palestina e na instrumentalização dos direitos humanos de LGBTs, a qual visa legitimar as ofensivas de Israel contra aos territórios palestinos e a violência racista incentivada pela purificação do Estado sionista israelense, usando as políticas e a propaganda pró-LGBT como um sinônimo de modernidade, é contraposta ao suposto atraso cultural árabe/palestino.

Visto isso, características pós-colonialistas podem ser identificadas nos escritos de Said, na medida em que ele questiona as narrativas predominantes, relaciona poder e conhecimento, denuncia aspectos de dominação e subjugação, e propõe, reconhece e delega agência aos atores, narrativas e relatos que, neste processo de dominação do Ocidente, sempre estiveram à margem do conhecimento e das abordagens históricas tradicionais. Buzan e Little (2010) defendem que, na realidade, os historiadores estão mais cientes de suas falhas metodológicas e de seus pés fincados em teimosias eurocêntricas do que os estudiosos de

Relações Internacionais. O combate ao eurocentrismo nas RI teria ainda um longo caminho a percorrer, ainda mais extenso que o de outros campos dos estudos sociais.

Boaventura de Sousa Santos (2007) também contribui para a interdisciplinaridade deste trabalho dentro do amplo campo pós-colonialista. Em um importante artigo intitulado “Para Além do Pensamento Abissal – Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, o sociólogo português argumenta que as exclusões culturais e políticas existentes atualmente consistem em uma continuação das linhas cartográficas “abissais” construídas pelo pensamento moderno ocidental que, no período colonial, época das primeiras invasões – predominantemente denominadas de “descobertas” pelas narrativas tradicionais - da América, separavam o Novo e o Velho Mundo.

Propondo uma “ecologia de saberes”, Santos (2007) objetiva discutir o espaço de *outras* epistemologias, as das regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo. Neste esforço, o sociólogo argumenta que o desenvolvimento e a difusão destas *outras* epistemologias se compõem por um movimento que ele designa de “regresso do colonial e do colonizador”, que encara a resistência de outro movimento, o “cosmopolitismo subalterno”. Para fins deste trabalho, será frutífero desdobrar as considerações de Sousa Santos sobre o primeiro movimento.

No movimento do “regresso do colonial e do colonizador”, o colonial é representado por aqueles oprimidos, que se rebelam contra os agentes de sua opressão e entendem que suas experiências estão compreendidas do *outro* lado da linha abissal, aquele que outrora foi de fato colonizado, submetido a violações e apropriações. Sousa Santos identifica o “colonial” a partir de três figuras principais: o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado, os quais vivem dentro do espaço da inexistência jurídica. O regresso não se refere necessariamente à transgressão do espaço físico metropolitano por parte destas figuras coloniais, mas pode ser simbolizado por uma relação com este espaço, como o caso do trabalhador de fábricas de manufaturas situadas no Sul global que pertencem às cadeias de empresas multinacionais ocidentais. Esta configuração constitui um “novo colonial abissal” (SANTOS, 2007, p.78). Para os refugiados, esta situação se identifica mais nitidamente quando os mesmos solicitam os documentos de refúgio em uma região metropolitana. A grande diferença entre este movimento e o período colonial inicial, que separava claramente o Novo e o Velho Mundo, é a capacidade de mobilidade do lado colonial, isto é, o ingresso deste nas sociedades metropolitanas sem a iniciativa direta e coercitiva do colonizador, como acontecia com os escravos negros, por exemplo (SANTOS, 2007).

Esta dinâmica faz com que o colonizador, ou o lado metropolitano, se sinta cada vez mais sufocado pela invasão do colonial. Como reação, há uma remarcação da linha abissal, executada, mais uma vez – como ocorreu na época das primeiras colonizações –, através da lógica da apropriação e da violência. Assim, sem uma divisão nítida, esta distância se encurta e a segregação precisa ser reforçada. *Este* lado da linha, metropolitano, torna-se confuso, sinuoso, e sente necessidade de reafirmação. Tendo em vista estas considerações, Sousa Santos localiza concretamente os lados da linha abissal:

O muro segregativo erguido por Israel na Palestina e a categoria ‘combatente inimigo ilegal’, criada pela administração norte-americana após o 11 de Setembro, possivelmente constituem as metáforas mais adequadas da nova linha abissal e da cartografia confusa que ela gera (SANTOS, 2007, p. 79).

Os palestinos que sobreviveram e que resistiram à limpeza étnica iniciada em 1948 continuam incomodando Israel, de modo que, mesmo após a invasão – ou colonização – concretizada com o processo de estabelecimento do Estado, os árabes palestinos ainda existem, seja fora das fronteiras israelenses ou dentro destas (RITCHIE, 2010b), aliados a grupos internacionais de militância, campanhas e parceiros internacionais que chamam atenção para a segregação israelense. Diante desta situação, o muro segregativo edificado na nos territórios palestinos – cuja construção se iniciou em 2002 e estava se completando no final de 2015 – é uma forma de remarcar linhas, de expandir seu território, de assegurar a retórica do medo e da violência, mitigando a transgressão da linha abissal, protegida pelo muro (OMER-MAN, 2015). Para que o pensamento crítico social não continue a reproduzir as linhas abissais, ele precisa, para Santos (2007), ser pós-abissal, rompendo radicalmente com os modos de pensamento e ação da modernidade ocidental. Esta ruptura exige que se parta da perspectiva do *outro* lado da linha, o lado que é impensável, invisível aos olhos do Ocidente moderno:

A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo (SANTOS, 2007, p.85).

O modo de pensamento moderno ocidental que Sousa Santos propõe combater é justamente o ponto de problematização das teóricas e dos teóricos pós-modernos. Desafiando a verdade moderna ocidental, autoras como Judith Butler e Jasbir Puar desenvolvem

discussões pós-positivistas que contribuirão para pensar a dupla via de exclusão/inclusão de cidadãos palestinos, a visão dicotômica sobre palestinos e árabes LGBT e a instrumentalização dos direitos humanos voltados a indivíduos LGBT como forma de mascarar a violência e a violação dos direitos de outros grupos de indivíduos. Butler exemplificará posteriormente esta dinâmica, que não ocorre apenas em Israel-Palestina, mas que tem as mesmas características e auxiliam na reflexão sobre o *pinkwashing* e na usurpação dos direitos humanos dos árabes palestinos para que se resguardem e exaltem os direitos de judeus israelenses.

### 3.3 - O PÓS-MODERNISMO ATIVO<sup>33</sup>

É característico do pós-modernismo desconstruir as bases sobre as quais se consolidaram as teorias positivistas, que acreditam em objetividade e verdade. No caso das Relações Internacionais, R. K. Ashley questiona as dicotomias sobre as quais se edificam as representações da política internacional segundo as teorias tradicionais, tais como “anarquia/soberania; guerra/paz; cidadão/estrangeiro; identidade/diferença; ideias/interesses” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.197), dentre outras. Estas dicotomias existem porque um dos pólos, o pólo positivo, só pode ser justificado pela existência do pólo negativo. Não existe, por exemplo, a definição de senhor sem escravo, ou de cidadão nacional sem estrangeiro, ou de guerra sem paz. Estas dicotomias, no pensamento moderno, estão hierarquizadas: o pólo positivo se encaixa nos pressupostos da razão e é, desta feita, superior ao negativo. A ação política está dentro das premissas “corretas” à medida que cabe no pólo positivo da dicotomia, isto é, a soberania sobrepõe-se à anarquia; a identidade à diferença; o lugar do cidadão ao lugar do estrangeiro; moderno ao atrasado, etc. A importância de identificar estas dicotomias reside na abertura a novas possibilidades de interpretação política, em que estas representações não sejam fixas e não necessariamente orientem os modos de pensar (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Desafiar novas dicotomias e trazer novos modos de pensar ao estudo de alguns fenômenos que se inserem nas Relações Internacionais são tarefas que podem se concretizar através da interdisciplinaridade. Judith Butler, filósofa política, no livro “Quadros de

---

<sup>33</sup> O termo “pós-modernismo **ativo**” (grifo nosso) se justifica pelo recorte feito neste trabalho, que se enfoca em um pós-modernismo que denuncia formas bem localizadas de exclusão e violência, fugindo do estigma que o classifica como uma teoria que está aquém das possibilidades reais de ação política (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Guerra”, discute como a normatividade está a serviço de algumas vidas mais do que de outras. A normatividade, no sentido colocado por Butler (2015), está relacionada às dicotomias acima descritas, em que os pólos positivos, no pensamento positivista, orientam a ação política. O ponto central de Butler, neste livro, é desenvolver reflexões acerca da valorização de algumas vidas em detrimento de outras, da existência do luto por algumas vidas perdidas e da inexistência de empatia por outras vidas perdidas, por outros sujeitos mortos. Mas que vidas e sujeitos são esses?

Seguindo a lógica dicotômica, o luto da humanidade, da mídia e do registro da história – predominantemente ocidentais, dada a capacidade de difusão e investimento do Ocidente – é direcionado àquelas vidas que estão do lado da dicotomia que se sobrepõe: cidadãos, no sentido político ocidental, valem mais que estrangeiros ou não-cidadãos; sujeitos modernos valem mais do que sujeitos “atrasados”; sujeitos cuja identidade seja mais próxima à normatividade Ocidental valem mais do que sujeitos diferentes deste modelo, e assim por diante (BUTLER, 2015).

Nos países Ocidentais mais “modernos”, a maior parte europeus, estas dicotomias se intensificam e podem ser mais facilmente identificadas. Novamente remete-se às figuras do terrorista, do imigrante e do refugiado usadas por Boaventura de Sousa Santos (2007). Butler (2015) entende que a dicotomia moderno/atrasado permite a dinâmica de inclusão/exclusão, que por sua vez reforça a soberania nacional destes países modernos ocidentais. Isto se dá quando indivíduos árabes e/ou muçulmanos, automaticamente assimilados como terroristas, têm cidadania negada em países europeus, ou quando estes indivíduos, provenientes do Oriente, precisam passar por procedimentos que testam sua tolerância à homossexualidade como parte da obtenção da cidadania ocidental e moderna – como se a homofobia não existisse no Ocidente, ou fosse a pior forma de intolerância e violência, a ponto de negar direitos de cidadania. Ainda dentro destas dicotomias, o moderno rechaça o atrasado quando Israel obstrui a obtenção de asilo para gays palestinos refugiados (BEN-DOR; KAGAN, 2008) e quando viola a dignidade e os corpos LGBT palestinos nos postos de controle das fronteiras através da força militar dos oficiais (SAID, 2003), reafirmando assim a soberania israelense e o projeto de Estado sionista, dentre outros exemplos. Butler problematiza que a questão da liberdade, tão presente na modernidade europeia, fortemente marcada pelos ideais da Revolução Francesa, é estreitamente relacionada a questões de diversidade sexual enquanto exclui temas de igualdade racial e tolerância religiosa, impondo restrições a sujeitos que almejam conseguir cidadania e inclusão (BUTLER, 2015).

A liberdade inerente à sociedade e aos valores ocidentais pode, também, ser usada para fomentar o ódio. As torturas perpetradas contra terroristas majoritariamente muçulmanos em Abu Ghraib dão o exemplo:

Violações especificamente culturais ocorreram durante as sessões de tortura, violações que tinham a ver com o pudor, com tabus acerca da homossexualidade e outros aspectos da exposição e da execração públicas. A tortura também violou outros códigos sociais de diferenciação sexual, obrigando homens a vestirem roupas íntimas femininas e degradando mulheres por intermédio da nudez forçada (BUTLER, 2015, p.185).

Antes de aplicadas, as modalidades de tortura realizadas em Abu Ghraib foram estudadas com o objetivo de ferir os códigos religiosos e sociais seguidos pelos sujeitos torturados. As torturas foram, neste caso, técnicas de modernização, planejadas atribuindo aos torturados características permanentes do “atraso cultural” – tabus sociais sobre homossexualidade, vestimentas e exposição corporal – e portanto podem ser violados, passando por um sofrimento que de forma violenta, os exponha à sua própria vergonha. A tática de exposição destes indivíduos a constrangimentos culturais e religiosos é uma forma de fazê-los sofrer através da violação de seus hábitos culturais, porque apenas através da transgressão ou da inexistência de tais hábitos é que estes indivíduos poderiam ser dignos e incorporados à sociedade moderna. A peculiaridade das torturas de Abu Ghraib mostra que as diferenças culturais, consideradas “atrasos” devem ser consertadas por técnicas que fragilizem certos valores culturais, impondo-lhes princípios modernos. O paradoxo está em que a modernidade, oposta ao atraso, reivindica para si as qualidades da democracia, da liberdade e da igualdade, ao passo que se impõe de forma violenta e excludente (BUTLER, 2015). Isto clarifica a visão de que a modernidade se sustenta pelo seu binário oposto, o “atraso”, e precisa reificá-lo para que ela própria exista e se autoproclame superior e triunfante.

Assim, a modernidade estaria a serviço de preceitos específicos, sendo instrumentalizada para incorporar alguns sujeitos e excluir outros, mantendo-os do *outro* lado da linha. Este argumento será melhor desenvolvido no capítulo 4, quando relacionado ao *pinkwashing* e à questão de Israel-Palestina.

Problematizar esses binários também serve como ponto de partida para a questão emergente do homonacionalismo. Este conceito, criado pela teórica *queer* Jasbir Puar (2007) já introduzido no capítulo 2, trata da inclusão de indivíduos LGBT brancos, ocidentais e de classe média (ou acima) no corpo nacional. Puar escreve com base no exemplo



estadunidense, mas o homonacionalismo pode ser estendido aos mais ricos e “modernos” países europeus. Se antes o corpo nacional estadunidense era heteronormativo, isto é, representado apropriadamente pelo cidadão heterossexual branco, mais recentemente os indivíduos homossexuais passaram a ser introduzidos ao corpo nacional também como cidadãos-modelo – desde que brancos, que almejam constituir família e casar-se. Estes novos cidadãos-modelo constituem a homonormatividade, que não é necessariamente positiva: apesar de ter incorporado o princípio da igualdade de orientação sexual, a homonormatividade traz consigo muito frequentemente o racismo e a xenofobia. É por este motivo que o fenômeno da homonormatividade é constituinte do que Puar (2007) chama de homonacionalismo.

Note-se que a dicotomia exclusão/inclusão que marcava a relevância dos cidadãos homossexuais e heterossexuais se transformou: neste cenário, a figura do *queer* não está mais marcada por um binário. A população LGBT pode agora estar incluída e excluída, pode ser descartável e resgatável. Estas categorias passam, então a depender do grupo racial, de classe ou cultural ao qual os indivíduos LGBT pertençam. Relembrando o episódio do assassinato de uma jovem lésbica e um jovem gay em Tel-Aviv em 2009, é merecido recordar que, na ocasião do memorial das vítimas, cantou-se o hino nacional israelense, e que foi impedida a presença de autoridades israelenses de origem palestina. Por este enquadramento, entende-se que judeus israelenses não reconhecem a possibilidade de solidariedade palestina aos homossexuais mortos (HOCHBERG, 2010), quiçá a incorporação nacional, com direitos equânimes e livres de violência, da comunidade árabe palestina LGBT. O processo homonacionalista se intensificou principalmente após o atentado de 11 de Setembro: as forças anti-imigração, notadamente antimuçulmanas, nos EUA, na Europa Ocidental e em Israel, passaram a cooptar os cidadãos gays brancos, facilitando a reprodução da lógica civilização/barbarismo ao usar os direitos LGBT como marcadores da modernidade e da civilização. Estrangeiros, especialmente provenientes do Oriente Médio, passam a ser ameaças pela pressuposição de que não sejam apenas terroristas, como também homofóbicos (MORGENSEN, 2010; WILCOX, 2014).

O entrelaçamento entre as perspectivas de Relações Internacionais que descontroem pressupostos positivistas e as contribuições interdisciplinares de sociólogos, teóricos literários filósofos e teóricas de gênero, como Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, Jasbir Puar e Judith Butler, respectivamente, foi estabelecido neste capítulo. As perspectivas pós-colonialistas e pós-modernistas destes autores e autoras se entrecruzam no questionamento das verdades positivistas ocidentais que edificam as teorias tradicionais de Relações

Internacionais, permitindo lançar-se um olhar alternativo sobre o conflito Israel-Palestina, reconhecendo que o lado palestino (árabe e ou muçulmano) é obscurecido pela ausência de narrativas que reconheçam o valor deste povo desprovido de Estado, tornando viáveis e impunes as violações de direitos humanos *daquele* lado da linha abissal (o lado palestino). Através do *pinkwashing*, estas violações tornam-se ainda mais legítimas, sendo este fenômeno melhor compreendido a partir dos aportes do conceito de homonacionalismo e da discussão que põe em cheque os valores da modernidade e da liberdade enquanto definidores da civilização *versus* o barbarismo.

#### **4 - A QUEM SERVEM AS BENESSES DA MODERNIDADE? *PINKWASHING*, INSTRUMENTALIZAÇÃO DE DIREITOS E A LUTA *QUEER*/ANTICOLONIAL**

Em novembro de 2006, as Forças de Defesa Israelenses atacaram a vila de Beit Hanoun, na Faixa de Gaza, matando 19 civis palestinos, incluindo nove crianças, e deixando mais de 40 feridos. Ritchie (2010b) atenta para o pronunciamento do ex-Primeiro Ministro Israelense Ehud Olmert, para o qual as mortes foram um resultado infeliz de falhas técnicas, que não teriam acontecido se os palestinos parassem de usar o terrorismo como meio para atingir seus objetivos. O ataque foi uma resposta a um foguete lançado dos territórios palestinos em direção a algumas cidades fronteiriças israelenses. Duas semanas depois, a Alta Corte de Justiça israelense – ou Suprema Corte, aquela mesma que, conforme comentado no capítulo 2, nunca deliberou favoravelmente aos cidadãos árabes no tocante a direitos igualitários entre árabes e judeus (ADALAH, 1998) – ordenou que o governo reconhecesse casamentos de cidadãos israelenses do mesmo sexo realizados em países estrangeiros, decisão que se estendeu para a permissão da adoção de crianças por estes casais. Notavelmente, apenas cidadãos de renda média ou alta, com condições de viajar para a Europa ou para o Canadá, cuja maioria se constitui de *ashkenazim*, judeus europeus, (não existia ainda casamento igualitário nos EUA) podem gozar destes direitos (RITCHIE, 2010b).

Para o autor Jason Ritchie, e considerando os apontamentos feitos neste trabalho, concernentes à *Brand Israel* e ao *pinkwashing*, com seus esforços de camuflar a realidade de violência israelense, estes fatos não pareceram mera coincidência. Apesar disso, foi contrária a opinião de Mike Hamel, diretor da já mencionada *HaAgudah*, a maior e mais antiga organização israelense para direitos LGBT, que explicou para Ritchie: “A luta por direitos LGBT e a luta contra a ocupação...são questões separadas”<sup>34</sup> (RITCHIE, 2010b, p. 51, tradução nossa).

Para os judeus israelenses, inseridos em um país que teve sua virada neoliberal nos anos 1980 (GRANDINETTI, 2015) e que tem laços fortes com a Grã-Bretanha – pois a criação do Estado israelense em 1948 seguiu a retirada do Mandato Britânico, estendido por 30 anos – e com os Estados Unidos (SAID, 2003), as leis de igualdade para a população LGBT são positivas e representam liberdade e qualidade de vida. A posição de Israel

---

<sup>34</sup> The struggle for gay rights and the struggle against the occupation . . . are separate issues.

enquanto porta-bandeira da igualdade (leia-se igualdade para alguns) no Oriente Médio não é surpreendente, pois atende à linguagem da democracia liberal bradada pelos sionistas criadores do Estado e pelos seus apoiadores britânicos, e serve às elaborações orientalistas que colocam Israel em um pedestal que o opõe aos seus vizinhos, aqueles que o Ocidente considera radicais, extremistas, despóticos e terroristas (RITCHIE, 2010b).

**Figura 3:** “O melhor exército no Oriente Médio não discrimina contra homens e mulheres gays. Liberais de verdade amam Israel.” (Tradução nossa)



Fonte: Elder of Zion, 2012.

A posição geográfica do país deixa mais óbvia a oposição entre Israel e seus vizinhos, permitindo que esta dicotomia avanço/atraso seja constantemente enfatizada, sendo mais específica no conflito com a Palestina, que nem mesmo constitui um Estado. Pode-se questionar tal dicotomia em que o polo “avanço” se sobressai, quando Judith Butler (2015) assevera a relação entre modernidade e liberdades individuais, como a liberdade sexual, problematizando-a. O nó inquietante sobre o qual se debruça Butler está em que as liberdades sexuais, nos países modernos e democráticos, é instrumentalizada como maneira de coerção:

Essa ligação entre liberdade e progresso temporal é frequentemente o que está sendo reivindicado quando analistas e representantes da política pública

se referem a conceitos como modernidade e secularismo. Não quero sugerir que isso seja a única coisa que querem dizer, mas sim que uma determinada concepção de liberdade é invocada precisamente como fundação lógica e instrumento para determinadas práticas de coerção, e isso coloca aqueles de nós que nos consideramos, num sentido convencional, defensores de uma política sexual progressista, em uma armadilha consideravelmente difícil (BUTLER, 2015, p.156).

#### **4.1 - INSTRUMENTALIZANDO DIREITOS, DESCARTANDO CIDADÃOS**

Para Butler (2015), essas ideias relativas ao progresso da liberdade, quando pensadas em termos estritos de avanço *versus* atraso, permitem uma divisão política entre as lutas contra o racismo e o preconceito religioso – contra muçulmanos na Europa e nos EUA, contra palestinos em Israel –, por um lado, e políticas progressistas para a população LGBT, por outro. Esta contraposição entre civilização e barbárie, modernidade e atraso, baseada nas políticas sexuais, oportuniza opiniões como a de Mike Hamel, diretor da HaAgudah, ou atitudes como a interdição sobre a presença de autoridades israelenses de origem palestina quando do memorial relativo à morte de duas pessoas LGBT no ataque a esta mesma organização em 2009, em Tel-Aviv (HOCHBERGH, 2010; RITCHIE, 2010b).

A reflexão de Butler é diretamente relevante para pensar a questão do *pinkwashing*. Quando Israel faz propaganda sobre sua modernização, progresso e tolerância, deixando aos palestinos a qualificação de brutais e homofóbicos, estão investindo em uma retórica que os desumaniza, colocando-os abaixo do merecimento de uma vida livre de violência, afinal, por este raciocínio, a vida palestina vale menos, porque não alcançou a capacidade de se modernizar. Na Europa, caso parecido se dá na Holanda, em que, durante o procedimento de preenchimento dos formulários de imigração, pedia-se aos candidatos a entrar no país para que olhem fotos de dois homens se beijando e opinem se lhes parecem ofensivas ou se são apenas maneiras de expressão de liberdades<sup>35</sup>. Reagir positivamente às fotos significa estar adequado à modernidade e, portanto, à condição de cidadão holandês. A modernidade está relacionada à noção de liberdade sexual, e o atraso, à intolerância e à religiosidade extrema. Se, nos procedimentos migratórios, um cidadão expressasse discordância ao ver as fotos, este não estaria apto à vida moderna ocidental. Butler completa: “É claro que quero poder beijar (outra mulher) em público – não me interpretem mal. Mas será que devo insistir em

---

<sup>35</sup> Essa política está em revisão, e por enquanto a etapa de exibição de fotos não é obrigatória para algumas minorias religiosas.

que todos assistam e aprovelem o ato de se beijar em público antes de poder adquirir direitos de cidadania’? Acho que não” (BUTLER, 2015, p. 160).

Mais intrigante, para a autora, é o fato de que existe uma classe de pessoas que não passa por este procedimento imigratório. Existem pessoas “presumivelmente modernas”: cidadãos da União Europeia, trabalhadores qualificados e pessoas que buscam asilo cuja renda esteja acima de 45 mil euros por ano, cidadãos estadunidenses, australianos, neozelandeses, canadenses, japoneses e suíços. Nestes lugares e nestas posições, a homofobia supostamente não existe, e, ademais, a classe social parece estar acima de qualquer prova de intolerância a LGBTs. Se o governo holandês está preocupado com a modernidade e com a garantia de liberdades individuais de seus cidadãos, indaga Butler (2015, p.159), por que não impõe testes aos belgas do *Vlaams Blok*, partidários da supremacia branca de extrema direita, que queriam fazer um cordão sanitário europeu para impedir estrangeiros de entrarem?

Com essa pergunta pungente, Butler (2015) deixa em evidência o fato de que a liberdade sexual, neste caso (mas também no caso do *pinkwashing* promovido por Israel), é o que diferencia a modernidade do atraso, privilegiando o primeiro lado do pólo modernidade/atraso, o lado positivo. Embora direitos sexuais sirvam para qualificar o progresso de grupos étnicos-nacionais/religiosos, a igualdade racial não tem o mesmo papel e, não surpreendentemente, parece ser irrelevante para a liberdade supostamente inerente à modernidade, já que o processo modernizador, como argumenta Santos (2007), foi levado a cabo por homens brancos, europeus e colonizadores.

A modernidade ocidental, associada às liberdades individuais, está, desta feita, relacionada a certos tipos de liberdade, dentre os quais se insere, com grande relevância, a liberdade sexual. Como visto através de Butler (2015), a aceitação da liberdade sexual constitui um fator de obtenção da cidadania moderna, e a instrumentalização de tal liberdade recai, mormente, sobre populações não brancas e religiosas, especialmente muçulmanos, aos quais Butler frequentemente se refere. Podem-se fazer, a partir disso, duas considerações: as restrições à cidadania europeia pelo ingresso na Holanda se direciona a certos grupos étnicos-nacionais/religiosos; a escolha da liberdade sexual como filtro de imigração se sobrepõe a outras formas de preconceito, como o preconceito de raça/etnia/religião, ao qual está diretamente ligado o conceito de homonacionalismo, de Puar (2007).

Nos Estados Unidos, *loco* de estudo de Puar, o homonacionalismo se reflete na exclusão de certos grupos – negros, pobres, imigrantes, e transexuais, principalmente quando existem intersecções entre essas quatro categorias – quanto a direitos equânimes e à igualdade de tratamento e ao reconhecimento enquanto cidadãos plenos do corpo nacional.

Tal exclusão se efetiva através da repressão policial às pessoas negras; do assassinato de mulheres transexuais negras e homossexuais negros em geral (PRATT, 2015), da violação de transexuais imigrantes e falta de cuidados médicos nos centros de detenção (WEAVER, 2015). Em Israel, o homonacionalismo pode ser percebido através da existências de leis diferenciadas para árabes e judeus, que concede mais direitos e faz maiores investimentos estruturais voltados à população judaica, acoplada ao fato de que a justiça de Israel só reconhece o casamento entre pessoas (cidadãos israelenses) do mesmo sexo procedido em países estrangeiros<sup>36</sup>, o que pressupõe a exclusão de segmentos sociais de baixa renda.

O grupo negro Black Lives Matter (BLM) contesta a dinâmica do homonacionalismo nos EUA participando de paradas gays com suas reivindicações particulares, relacionadas à luta negra e anticolonial, que se opõem à normativização da luta LGBT. Na *Gay Pride* da Carolina do Norte, nos EUA, em 2015, membros do BLM participaram da marcha, mas suas causas não foram bem recebidas: sofreram confronto policial, além de constrangimentos ao fazerem declarações em solidariedade às mulheres transexuais negras assassinadas no país em 2015, quando um oficial da marcha lhes pediu que não dissessem nada ofensivo (PRATT, 2015) – como se dar visibilidade à BLM e a transexuais negras fosse ameaçador ao conforto da parada gay.

Tais experiências afirmam que o sujeito *queer* ideal é aquele que simboliza a normatividade (homonormatividade), em oposição aos outros sujeitos *queer*, quais sejam imigrantes, negros, árabes, muçulmanos, transexuais, etc. Estes sujeitos ideais, portanto, dão continuidade ao funcionamento das normas raciais, classistas e sexuais de uma nação (SEGUER, 2014). O paradoxo é que esta tendência de homonormativização contraria, inclusive, o próprio início do movimento LGBT nos Estados Unidos. No famoso episódio repressivo de 1969 do *StoneWall Inn*, um bar gay de Manhattan, em que militantes *queer* enfrentaram repressão policial por 6 dias, a rebelião foi liderada por travestis porto-riquenhos e garotos de rua. O acontecimento foi um grande impulso para a força do *Gay Power* estadunidense (SIMÕES; FACCHINI, 2008).

Neste protesto da BLM dentro da parada LGBT da Carolina do Norte, Jessica Jude, um membro do grupo, declarou:

Eu tenho marchado pelas ruas entoando em muitas cidades por várias razões. Esta (na Carolina do Norte) foi a primeira vez em que eu percebi o quanto importante era a presença deste grupo naquele momento, pedindo para que os espectadores tomassem um lado. Estávamos trazendo pontos de solidariedade

---

<sup>36</sup> Ver <<http://www.gaylawnet.com/laws/il.htm>>. Acesso em: 17 maio 2016.

para com os oprimidos, desde Ferguson à Palestina e às raízes do orgulho (movimento gay dos EUA), e expondo o patrocínio de grandes corporações e a violência policial contra o poder negro. Estávamos desafiando o conforto de uma maneira importante<sup>37</sup> (PRATT, 2015, tradução nossa).

Note-se, a partir desta declaração, que o movimento *Black Lives Matter* parte do princípio da solidariedade entre os oprimidos, que abarca, dentre outras causas, a luta palestina e a luta negra e/ou *queer* (principalmente trans) estadunidense, entendendo a relação entre estas enquanto lutas anticoloniais. Alicia Garza, militante do BLM e membro da comunidade LGBT, explica a intersecção entre a luta para a igualdade LGBT e racial:

Do mesmo jeito que não vivemos em um mundo bidimensional, não vivemos vidas bidimensionais. Nossas vidas são multidimensionais e, por causa do sistema sob o qual vivemos, há punições particulares e sanções para diferentes aspectos de quem nós somos<sup>38</sup> (BRYDUM, 2015, tradução nossa).

## 4.2 - A LUTA *QUEER*/ANTICOLONIAL

Em uma palestra realizada em Nova York em 2014, organizada pela *DarkMatter*, colaboração artística e de ativismo *queer* sul-asiático, Hainey Makeen, diretora da organização palestina *Al-Qaws*, discutiu sobre a luta *queer*/anticolonial<sup>39</sup>, acompanhada por Cara Page, organizadora cultural negra e feminista estadunidense, ativista da organização Audre Lorde<sup>40</sup>, e Che Gossett, escritor negro transexual<sup>41</sup>. A palestra, intitulada *Queer/Anticolonial Struggle: From US to Palestine* (Luta Queer/Anticolonial: Dos EUA à Palestina) e publicada em vídeo pela *Al-Qaws*, teve como eixo principal a conscientização e o esclarecimento sobre as similaridades e a necessária interligação entre lutas anticoloniais nos EUA – contra a repressão policial sobre a população negra, contra os assassinatos recorrentes de mulheres transexuais imigrantes, e para superar as experiências de sofrimento e exclusão

---

<sup>37</sup> I have marched down the streets chanting in many cities for lots of reasons. This was the first time I realized how important it was that his group of people be there at this moment, asking the spectators to take a side. We were bringing together points of solidarity with the oppressed, from Ferguson to Palestine to the roots of Pride, and exposing corporate sponsorship and police violence against Black Power. We were challenging the comfortable in an important way.

<sup>38</sup> Just like we don't live in a two-dimensional world, we don't live two-dimensional lives. Our lives are multidimensional, and because of the systems that we live under, there are particular punishments and sanctions for different aspects of who we are.

<sup>39</sup> No canal da *Al-Qaws* no *Youtube*, estão disponíveis vídeos sobre *pinkwashing*, luta *queer*/anticolonial e solidariedade internacional, e interseccionalidade.

<sup>40</sup> Sobre Cara Page: <<http://alp.org/about/contact>>. Acesso: 19 maio 2016.

<sup>41</sup> Para mais informações sobre Che Gossett: <<http://womens-studies.rutgers.edu/graduate-program/student-profiles/phd-students/123-uncategorised/797-gossett-che>>. Acesso em: 19 maio 2016.



da população LGBT de pele escura ou amarela, muçulmana e/ou imigrante – e a militância palestina *queer* e/ou contra a ocupação israelense (AL-QAWS, 2014).

Hainey Makeen confirmou, na discussão, que a luta anticolonial é necessariamente anti-imperialista e contra o *status quo* do sistema internacional: “Não existe luta sem o combate ao imperialismo estadunidense”. Cara Page, por sua vez, chamou atenção para a invisibilidade dos direitos dos imigrantes *queer*, com ênfase para os transexuais, e criticou o Movimento de Justiça Climática (*Climate Justice Movement*)<sup>42</sup>, que, em suas palavras, “desconsidera completamente o papel de pessoas indígenas, negras, e do movimento de justiça ambiental do Sul Global” (AL-QAWS, 2014.).

Das declarações das militantes do BLM, assim como de Hainey Makeen e Cara Page, entende-se que a luta *queer*/anticolonial tem caráter anti-imperialista; antissistêmico (contra o *status quo* internacional); antirracista; pró-LGBT, feminista; e, ainda, é vigilante da justiça ambiental, relacionada às demandas do Sul Global e de povos nativos/indígenas. A luta anticolonial é, portanto, muito ampla, e se resume ao combate das injustiças levadas a cabo por uma história de domínio, ocupação, colonização e regulação promovida por homens brancos, cristãos (e defensores do matrimônio religioso) e donos de propriedade privada (SANTOS, 2007). Neste contexto, a militância negra estadunidense, por exemplo, deve estar fortemente relacionada à luta LGBT, assim como ambas devem estar ligadas em solidariedade à luta palestina contra a ocupação, visto que a própria promoção da igualdade LGBT é instrumentalizada, por parte de Israel, para legitimar a ocupação dos territórios palestinos e, ao mesmo tempo, desvirtuar a atenção internacional do problema (SCHULMAN, 2012, *apud* SOMERSON, 2013). A luta anticolonial, assim, reúne povos que sempre estiveram do *outro* lado da linha abissal sobre a qual discorre Santos (2007), sujeitos à apropriação e à violência. Os grupos que se reúnem dentro da resistência anticolonial, a exemplo do *Black Lives Matter*, *Al-Qaws*, *Aswat*, *Palestinian Queers for BDS*, dentre outros, entendem que a solidariedade internacional é importante porque os une enquanto povos colonizados de maneira geral, seja territorialmente nos séculos passados, seja atualmente – como enfatizou Che Gosset durante a palestra – em uma colonização interna, no caso da violência policial para com a população negra, consequência de uma forma de opressão anterior que os reuniu enquanto povos colonizados, a escravidão (AL-QAWS, 2014).

Os povos que estão do *outro* lado da linha abissal pertencem a um universo de negação radical, em que é ausente a humanidade, substituída pela subumanidade moderna.

---

<sup>42</sup> Informações sobre o *Climate Justice Movement* estão disponíveis em: <<http://www.iicat.org/climate-justice-movement/>>. Acesso em: 21 maio 2016.

Para que uma parte da humanidade possa se autoafirmar, sendo universal, referencial, e constituindo o modelo a ser seguido, é preciso que haja a sua negação, ou seja, a subumanidade. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), não há humanidade moderna se não existe subumanidade moderna, isto é, a viabilização da construção da sociedade moderna ocidental se deu a partir da lógica violência/apropriação nos territórios colonizados, em que não existia legalidade e nem ilegalidade; não havia distinção entre verdadeiro e falso; em que, juridicamente, não existiam pessoas, mas apenas coisas; onde as formas de conhecimento foram desprezadas. Sousa Santos afirma que esta realidade é ainda hoje verdadeira, pois o pensamento e a prática moderna ocidental operam de modo a excluir radicalmente as colônias – a diferença é que, atualmente, as “colônias” são representadas, também, por segmentos da sociedade que representam ameaças à linha abissal que separa o colonial do colonizador, pois, como já argumentado, esta linha está cada vez mais sinuosa. Os grupos “colonizados” são aqueles que sofrem discriminações sexuais e raciais, tanto na esfera pública quanto na privada; nas periferias das megacidades; nos guetos, nas prisões; nas diferentes formas de escravidão não-institucionalizada; na trabalho infantil; na exploração da prostituição, entre outras formas de violência que ocorrem repetidamente a segmentos específicos. A Prisão de Guantánamo é um exemplo de não-território, de não-lugar jurídico e político, uma das mais explícitas representações do pensamento jurídico abissal, em que não existem lei, direitos humanos e democracia. Mas existem muitos Guantánamos: do Iraque (sob invasão estadunidense após o atentado de 11 de Setembro), aos territórios palestinos ocupados e aos não-lugares em que se situam os vários grupos sociais abarcados acima, sistematicamente discriminados e violentados (SANTOS, 2007).

Assim, inseridos nestes lugares de negação (ou não-lugares) que são operados pela mesma lógica colonial à qual foram submetidos os países do Sul Global a partir do século XV, conforme o exemplos latino-americanos de Santos (2007), alguns grupos sociais vulneráveis se solidarizam na luta anticolonial, em que o termo “anticolonial” se refere à necessidade destes grupos de combater o projeto moderno universal, que os coloca sob a lógica da violência/apropriação. O povo palestino vive, neste espectro, uma realidade mais explicitamente colonizadora, porque a ocupação israelense, os agressivos postos de controle e o apartheid ainda existem. A lógica não mudou: os palestinos são tratados como subumanos, assim como eram em 1948, época em que a Palestina, para a comunidade internacional, seria um deserto a florescer, sem habitantes fixos, apenas nômades; cujo povo não tinha direito à terra e nem possuía realidade nacional ou cultural própria (SAID, 2007).

O Orientalismo, segundo discorre Edward Said, ajuda a construir este projeto, que exalta o referencial ocidental e obscurece o Oriente, tornando-o um lugar de negação, e, mais do que isso, tornando os indivíduos orientais, com destaque para os árabes e/ou muçulmanos, indivíduos negados, negligenciados, sobre os quais existe pouco conhecimento e empatia. São, para o Ocidente, seres agressivos, mas que, em contrapartida, vêem o mundo progredir passivamente e são incapazes de representar a si mesmos. Said (2007, p.416) assinala que um árabe oriental é essa criatura impossível cuja energia libidinosa o leva a paroxismos de estimulação excessiva – e é, ao mesmo tempo, uma marionete aos olhos do mundo, fitando ociosamente uma paisagem moderna que não consegue compreender nem enfrentar.

O Orientalismo em sua forma mais recente, na qual o predomínio dos investimentos britânicos e franceses foi substituído pela preponderância estadunidense, evita a literatura, a erudição. Se, antes, Said identificava o Orientalismo pela análise da literatura francesa e britânica sobre o Oriente e sobre histórias do Oriente, o Orientalismo atual estadunidense se baseia na perícia, no conhecimento dos “fatos” sobre o Oriente Médio, reduzindo os povos árabes e/ou islâmicos a atitudes e estatísticas e, portanto, desumanizando-os (SAID, 2007). Sendo assim, como seres que não sabem se representar, que precisam ser estudados mais como fatos e números e menos como pessoas, os povos do Oriente Médio são, pelo olhar orientalista, cada vez mais emasculados, desvirilizados, passivos. Parte destes povos, os palestinos, sofrem este obscurecimento e debilitação quando Israel se promove através do *pinkwashing*, pois, mais uma vez, como afirmou Hochberg (2010), “(...) não existem questões sobre a Palestina que sejam separadas de questões sobre Israel” (p.500); desta feita, a promoção da democracia e a modernidade israelense através da tolerância institucional a LGBTs, da maneira que está sendo operacionalizada, implica em depreciar política e socialmente o povo palestino. Praticando o *pinkwashing*, Israel divulga suas características modernas e ocidentais que o destacam dentro do Oriente Médio; busca desvirtuar a atenção internacional da violência e desapropriação que recaem sobre o povo palestino; e visa, ao mesmo tempo, mitigar a importância dos ataques israelenses à população civil palestina, pois ataques a um povo visto como atrasado e homofóbico teriam menos importância e seriam menos chocantes para a humanidade do que as ofensivas palestinas a Israel (DEMOCRACY NOW, 2014; SEMERENE, 2014).

O Orientalismo, uma invenção do Oriente através do Ocidente, um investimento ocidental que constrói narrativas dominantes, taxativas e amplamente aceitas sobre o *outro*, estende-se para as várias áreas de ação e conhecimento que podem ser contaminadas por esta categorização do desconhecido. A narrativa orientalista, existente desde a época das

Cruzadas, vem propiciando que o Ocidente enxergue o Oriente, particularmente o Oriente Médio, como uma vítima que precisa ser salva (SAID, 2007). Não diferentemente, LGBTs palestinos são referidos como vítimas sofridas dentro de uma sociedade (árabe) patologizada, onde estas pessoas não podem ter visibilidade e não podem “sair do armário”, precisando, então, da ajuda israelense. Mas a questão, para Ritchie (2010), é: eles querem sair do armário?

O ativismo LGBT israelense *mainstream* trabalha em torno das questões de visibilidade, reconhecimento e “saída do armário”, largamente fundamentadas por concepções ocidentais que rotulam de pré-modernos e limitados os indivíduos LGBT palestinos que não concordam com este raciocínio e não se rendem ao ativismo *mainstream* despolitizado, desligado da problema da ocupação e do racismo. Ritchie (2010) traz, mais uma vez, a contribuição de Haneen Maikey, da *Al-Qaws*, que afirma que visibilidade LGBT nos moldes ocidentais não é um objetivo para esta organização. Rauda Morcos, diretora de outra organização palestina *queer*, a *Aswat*<sup>43</sup>, acrescenta que os ativistas ocidentais e israelenses geralmente não entendem que sua necessidade e seu tipo de visibilidade não funcionam para todos. À sua maneira, os ativistas palestinos LGBT estão mais interessados em um tipo de ativismo que visa a transformação social, articulada por uma grande reestruturação do poder, que requer uma luta anticolonial, atuando contra o projeto capitalista liberal que normativiza os sujeitos, dentro do qual nasceu o próprio homonacionalismo. Os palestinos *queer*, portanto, estão conscientes e são críticos da proposta de “salvamento” israelense baseada em preceitos ocidentais, estando, também, atentos às presunções errôneas que são frequentemente feitas sobre suas necessidades e experiências enquanto árabes e LGBTs (RITCHIE, 2010).

Longe de serem passivos, os palestinos têm consciência de suas experiências particulares e da urgência da luta anticolonial. Esta particularidade não significa distanciar-se de qualquer tipo de solidariedade internacional – pelo contrário, está aberta a uma irmandade que entenda e respeite as experiências dos povos, mas que compartilhe da compreensão comum de que a luta LGBT, assim como a luta contra a ocupação dos territórios palestinos, a luta negra, a feminista, entre outras, precisam combater o capitalismo neoliberal pelo fato de que este tende a normativizar e despolitizar as lutas<sup>44</sup> (RITCHIE, 2010), ao passo

---

<sup>43</sup> Está, assim como a *Al-Qaws*, entre as organizações mencionadas na última seção do capítulo 2.

<sup>44</sup> Recentemente, as paradas LGBT dos EUA têm crescido, se tornando menos desafiadoras e mais *family-friendly*, ganhando patrocínio de grandes corporações como a *General Motors*, *Budweiser*, *Wall-Mart*, *Chrysler*, etc. Disponível em: <<http://www.usatoday.com/story/money/business/2014/06/28/gay-pride-parades-sponsors/11450345/>>. Acesso em: 21 maio 2016.

que relega à lógica da violência/apropriação aqueles grupos que resistem (SANTOS, 2007). Por fim, a humanização dos palestinos e de sua luta, sejam *queers* ou não, requer um esforço de visibilização de suas histórias enquanto povos detentores de conhecimento, que produzem suas próprias culturas, histórias e políticas, e que tem direito à terra, seja em um Estado novo, seja em um território guiado por princípios políticos diferentes daqueles que caracterizam um Estado vestfaliano.

Em um contexto conectado à realidade da luta anticolonial e às reformas que possam dar resultado à mesma, Boaventura de Sousa Santos sinaliza, em uma entrevista acerca da situação política brasileira – com a possibilidade de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – para a necessidade de uma nova esquerda, mais radical, que seja capaz de propor reformas estruturais profundas, superando o projeto neoliberal que provoca a matança de líderes camponeses, grupos indígenas e degrada maciçamente o meio-ambiente. O sociólogo sugere, por fim, que a mudança tão necessária passa por câmbios dentro da universidade, cujo ensino é eurocêntrico (orientalista, portanto) e criativamente limitado:

Há um campo muito grande para a criatividade democrática. Por isso, luto, em meu trabalho, no que chamo de epistemologias do Sul, no sentido de criar também uma reforma no conhecimento. Porque não penso que seja possível justiça social global sem justiça cognitiva global. Ou seja, uma democracia entre diferentes formas de conhecimento. Na raiz de todo o sistema político está o conhecimento acadêmico que controla as universidades e que é eurocêntrico, com a ciência política, a sociologia e a antropologia. São os instrumentos que produziram as políticas e as formas de representação política que temos. Isso precisa ser transformado, aceitando que há outras maneiras de conhecer, que a representação do mundo é muito mais ampla que a representação ocidental do mundo. Há outras formas de transformação social que talvez não possam ser chamadas de socialismo nem de comunismo. Vão ser chamadas de respeito, dignidade, proteção dos territórios, direitos do corpo das mulheres. A isso, chamo uma ecologia de saberes, que implica também uma reforma na universidade (SANTOS, 2016).

## CONCLUSÃO

Partindo da crítica às teorias tradicionais de Relações Internacionais, positivistas, cujos autores se afirmam imparciais, este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta recortes do pós-modernismo e do pós-colonialismo, aplicando-os à ocupação israelense, atrelando-a às práticas colonialistas que desumanizam os povos do *outro lado* da linha abissal; ao mesmo tempo em que propõe mudanças através da denúncia a essas práticas e ao atribuir ação aos povos desumanizados, rejeitando a visão orientalista de que povos que não correspondem às características e à cultura ocidentais, especialmente árabes/muçulmanos, são passivos e incapazes de representação própria.

Apresentar a luta anticolonial, baseando-se nas declarações de militantes, é uma forma de dar voz às reivindicações, pelo ponto de vista de que as pessoas que sofrem com as experiências de segregação e colonização são as que mais legitimamente detêm a capacidade de expor o assunto. Acreditando no dever de cada um/a, inclusive academicamente, de se posicionar e usar o conhecimento como forma de promover inclusão, a autora procura mostrar que a omissão também é uma forma de violência, que se revela no destaque de algumas teorias e narrativas em detrimento de outras. Conclui-se que as Relações Internacionais, nesse sentido, deveriam dar maior destaque a este processo violento levado a cabo por Israel, assim como pelos países que foram colonizadores no passado, e que aniquilaram povos em nome da construção do Estado.

A interdisciplinaridade é essencial, então, para trazer à tona essas questões. Foi destacadamente usada a teoria Orientalista de Edward Said (2007), cuja serventia está em apontar o menosprezo, o desconhecimento e a manipulação no que concerne ao Oriente, tornando-o um objeto de distorção de realidades, um lugar de incapacidade de ação e representação próprias, de radicalismo e agressividade – o que está intimamente relacionado ao eurocentrismo e ao modo com que Israel tenta retratar o povo palestino. As considerações de Said, que se encaixam no pós-colonialismo, se coadunam com a discussão de Boaventura de Sousa Santos (2007) sobre colonização, desumanização e linhas abissais, o qual defende uma justiça cognitiva global, isto é, a valorização das diferentes formas de conhecimento que foram sistematicamente suprimidas desde época das primeiras colonizações, quando se delimitaram as linhas abissais até hoje existentes. O sociólogo denuncia a violência e a desapropriação que sofreram e sofrem os povos colonizados, os quais, vale salientar, não existiam apenas no passado: hoje, esses povos colonizados correspondem àqueles que sofrem colonização interna, sob a forma de exploração do

trabalho, tortura, encarceramento, violência policial, assim, por diante (SANTOS, 2007). Isso está profundamente relacionado à luta anticolonial trazida no capítulo 4.

O conceito de homonacionalismo de Jasbir Puar (2007), por sua vez, concerne à normativização da representação LGBT, que se tornou despolitizada, cujos indivíduos ideais são uma elite branca, que se permite ser xenófoba e racista. Nesse sentido, LGBTs homonacionalistas não mais fazem parte de um grupo marginalizado, pois estão inseridos no capitalismo neoliberal, desligados de entrelaçamentos e solidariedade para com a luta negra ou palestina. Já Judith Butler (2015) argumenta acerca da modernidade, da liberdade e da instrumentalização de tal liberdade para que se restrinjam alguns direitos e se violem alguns corpos, especialmente árabes/muçulmanos. No fim, todo o debate é permeado pela afirmação de Santos (2007, p.79) de que direitos humanos são violados para que possam ser defendidos.

No capítulo 1, alguns desses conceitos e abordagens teóricas interdisciplinares foram introduzidos, desafiando as abordagens convencionais e mostrando através de uma breve discussão sobre as teorias *queer*, a possibilidade do uso sexualidade como um importante fator analítico teórico; no capítulo 2, delineou-se a história de ocupação, enfatizando a violência israelense e a desapropriação dos palestinos, a segregação que persiste até hoje dentro de Israel, o investimento em propaganda para desmascarar essas práticas, apropriando-se do medo seletivo aos árabes/muçulmanos quanto às vidas LGBT, e mapeou-se o ativismo *queer* palestino e seus parceiros em solidariedade internacional, que delatam a propaganda israelense e seus objetivos.

O terceiro capítulo tratou mais detalhadamente das discussões teóricas pós-colonialistas e pós-modernas acima mencionadas, que foram utilizadas no quarto e último capítulo para respaldar a análise sobre o uso dos direitos LGBT como forma de segregar e excluir grupos marginalizados. Na seção final, mostrou-se, através das vozes de ativistas anticoloniais, que os grupos marginalizados podem ser o povo palestino, foco deste trabalho, mas podem, também, ser os imigrantes, os negros, os árabes, os muçulmanos, sendo *queer* ou não.

Desta feita, o *pinkwashing* israelense está envolvido por vários preceitos que foram aqui esmiuçados. Baseia-se no obscurecimento de um povo que está do *outro lado* da linha, marcado passividade, como se não fosse capaz de gerenciar sua própria luta *queer* e tivesse de ser salvo pelos ativistas LGBT israelenses, europeus e estadunidenses; setoriza a luta LGBT, de forma a separá-la da solidariedade que envolve a luta anticolonial, contrária ao projeto de incorporação desta luta (e assim o esfacelamento político da mesma) ao capitalismo neoliberal; faz com que a comunidade internacional crie empatia a Israel e

antipatia à população palestina, pois supostamente o primeiro seria tolerante, enquanto a segunda seria grotesca e homofóbica, sendo um alvo de mais justificável de ataques.

Expondo e detalhando esta complexidade que envolve o *pinkwashing*, o conflito Israel-Palestina e a resistência anticolonial, além de formas interdisciplinares de análise da problemática, a pesquisa busca cumprir seu intuito de posicionar-se e dar espaço às histórias e às vozes negligenciadas e omitidas na conformação do conhecimento acadêmico e na construção do mundo em que vivemos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Conclusion: On the possibility of a non-Western international relations theory. In: ACHARYA, Amitav e BUZAN, Barry (Eds). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. New York: Routledge, 2010, p.221-238.

ADALAH. **Land and Housing Rights – Palestinian Citizens of Israel**. UN CESCR Information Sheet N. 3, Shfaram, May 2003.

\_\_\_\_\_. **Legal Violations of Arab Minorities in Israel**. A Report on Israel's Implementation of the International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination. March 1998. Disponível em: <<http://www.adalah.org/uploads/oldfiles/eng/publications/violations.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

AL-QAWS. Queer/Anti Colonial Struggle from the US to Palestine. **Youtube**, 26 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DV31L04SYSg>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BEN-DOR, Anat; KAGAN, Michael. Nowhere to run: Gay Palestinian Asylum-Seekers in Israel. **Report - Tel Aviv University's Public Interest Law Program**, Apr. 2008.

BEZALEL, Mel. Gay pride being used to promote Israel abroad. **The Jerusalem Post**, 2009. Disponível em: ><http://www.jpost.com/Israel/Gay-pride-being-used-to-promote-Israel-abroad%20>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Lavarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 271 p.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About it. **Millennium: Journal of International Studies**, V. 30, N. 1, p. 19-39, 2001.

CHOWDHRY, Geeta. Edward Said and Contrapuntal Reading: Implications for Critical Interventions in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, Vol. 36, N. 1, p.101-116, 2007.

CONWAY, Terry. No to Brand Israel Pinkwashing. **International Viewpoint**, N. 452, 6 set. 2012. Disponível em: < <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article2211>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

COX, Robert. Social Forces, States and World Order: beyond international relations theory. In: COX, Robert. **Approaches to World Order**. Cambridge: University Press, 1996, p.204-254.

DUNN, Kevin C. MadLib #32: The (Blank) African State: Rethinking the Sovereign State in International Relations Theory. IN: Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw (Eds.). **Africa's Challenge to International Relations Theory**. Hampshire: Palgrave, 2011, p. 46-63.

EFRATI, Ido. Half of Israel's Transgender Population Has Been Attacked, Study Shows. **Haaretz**, 26 May 2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.658091>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

EICHNER, Itamar. Foreign Ministry to sponsor gay Olympics' delegation. **Ynetnews**, 05 May 2009. Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3710544,00.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ELDER OF ZIYON. **The EoZ Pinkwashing Poster**. 12 jun. 2012. Disponível em: <<http://elderofzion.com/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

ELIA, Nada. Gay Rights with a Side of Apartheid. **Settler Colonial Studies**, V.2, N.2, p.49-68, 2012.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: Do movimento sexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. 189 p.

GAZA DEBATE: As Palestinian Deaths Top 100, Who's to Blame for Escalating Violence? What Can Be Done? **Democracy Now**, New York, 11 jul, 2014. Disponível em: <<http://www.democracynow.org>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

GELDENHUYS, Deon. **Deviant Conduct in World Politics**. New York: Palgrave MacMillan, 2004. 442 p.

GOLAN-AGNON, Daphna. Separate but Not Equal: Discrimination Against Palestinian Arab Students in Israel. **American Behavioral Scientist**. V.49, N.8, p.1075-1084, 2006.

GRANDINETTI, Tina. The Palestinian Middle Class in Rawabi: Depoliticizing the Occupation. *Alternatives: Global, Local, Political*. 2015, V.40, N.1, p.63-78, 2015.

GROVOGUI, Siba. Postcolonialism. In: Milja Kurki, Steve Smith e Tim Dunne (Eds.). **International Relations Theories: Disciplines and Diversity**. New York: Oxford, 2ª Edição, 2010, p. 238-256.

GUEDES, Luíza. As leis discriminatórias de Israel. **Opera Mundi**, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/32619/as+leis+discriminatorias+de+israel.shtml>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

HOCHBERGH, Gil Z. Israelis, Palestinians, Queers: Points of Departure. **A Journal of Lesbian and Gay Studies**. V. 16, N. 4, p. 493-516, 2010.

JESUS, Diego de. O mundo fora do armário: Teoria Queer e Relações Internacionais. **Revista Ártemis**, V. 17, N. 1; jan-jun., p. 41-50, 2014.

JORGE, Ruy Alves. **A Justiça está com os Árabes: História do Conflito árabe-Israelense**. São Paulo: Editora São Paulo, 1975.

KERSHNER, Isabel. Israeli Girl, 8, at Center of Tension Over Religious Extremism. **The New York Times**, 27 Dec. 2011. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2011/12/28/world/middleeast/israeli-girl-at-center-of-tension-over-religious-extremism.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/12/28/world/middleeast/israeli-girl-at-center-of-tension-over-religious-extremism.html?pagewanted=all&_r=0)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

KRISHNA, Sankaran. Race, Amnesia, and the Education of International Relations. **Alternatives**, N. 26, p.401-424, 2001.

MALAQUIAS, Assis. Reformulating International Relations Theory: African Insights and Challenges. IN: Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw (Eds.). **Africa's Challenge to International Relations Theory**. Hampshire: Palgrave, 2011, p. 11-28.

MIKDASHI, Maya. The Uprisings Will be Gendered. **Jadaliyya**, 28 Feb. 2012. Disponível em: <<http://www.jadaliyya.com/pages/index/4506/the-uprisings-will-be-gendered>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MILLSTEIN, Seth. Where is Palestine On a Map? 5 Confusing Things About The Israeli-Palestinian Conflict. **Bustle**, 23 July 2014. Disponível em: <<http://www.bustle.com>>. Acesso em: 30 maio 2016.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, N.21, V.11, p.150-182, jan./jun. 2009.

MORGENSEN, Scott Lauria. Settler Homonationalism Theorizing Settler Colonialism within Queer Modernities. **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, V. 16, N.1-2, p. 105-131, 2010.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: UnB, 2003. 1093 p.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 251 p.

OMER-MAN, Michael S. Wave of stabbings show Israel's wall isn't about security. **+972**, 11 Oct. 2015. Disponível em: <<http://972mag.com/wave-of-stabbings-show-israels-wall-isnt-about-security/112620/>>. Acesso em: 03 maio 2016.

POPPER, Nathaniel. Israel Aims to Improve Its Public Image. **Forward**, 14 Oct. 2005. Disponível em: <<http://forward.com/news/2070/israel-aims-to-improve-its-public-image/>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

PRATT, Minnie B. Black Lives Matter at Pride: 'Liberation for all of us'. **Workers World**, 30 Sep. 2015. Disponível em: <<http://www.workers.org/2015/09/30/black-lives-matter-at-pride-liberation-for-all-of-us/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

PUAR, Jasbir. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007.

PUAR, Jasbir. Citation and Censorship: The Politics of Talking About the Sexual Politics of Israel. **Feminist Legal Studies**, V.19, p.133-142, jul. 2011.

PUBLIC DIPLOMACY 2.0: DAVID SARANGA AT KENNEDY SCHOOL OF GOVERNMENT. **Reaching The Public**, 19 fev. 2010. Disponível em: <<https://efesevin.wordpress.com>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **A Crítica Pós-Moderna/Pós-Estruturalista nas Relações Internacionais**. Boa vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2010,89 p.

RITCHIE, Jason T. **Queer checkpoints**: sexuality, survival, and the paradoxes of sovereignty in Israel-Palestine. 2010b. 201 f. Tese (Doutorado de Filosofia em Antropologia) – Universidade de Illinois Urbana-Champaign, Illinois, 2010b.

RITCHIE, Jason. How Do You Say “Come Out of the Closet” in Arabic? Queer Activism and the Politics of Visibility in Israel-Palestine. **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, V. 16, N. 4, p.558-575. 2010a.

RITCHIE, Jason. Pinkwashing, Homonationalism, and Israel–Palestine: The Conceits of Queer Theory and the Politics of the Ordinary. **Antipode: Journal of Radical Geography**, V. 47, N. 03, p.1-19, jun. 2014.

ROTH, Natasha. Increasing homophobia mars Knesset LGBT day. +972, 26 Feb 2016. Disponível em: <<http://972mag.com/increasing-homophobia-mars-knesset-lgbt-day/117348/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

RYAN. Would you want Israel at your gay wedding? **Room 410**, 15 May 2012. Disponível em: <<http://room410.wordpress.com/2012/05/15/would-you-want-israel-at-your-gay-wedding-3/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SABAN, Ilan. Minority rights in deeply divided societies: A framework for analysis and the case of the arab-palestinian minority in Israel. **International Law and Politics**. V.36, N.885, p.885-1003, 2004.

SADEH, Danny. Campaign branding Tel Aviv gay destination underway. **Ynetnews**, 21 July 2010. Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3922524,00.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SAID, Edward W. **Cultura e Política**. Tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2003. 176 p.

\_\_\_\_\_. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Laura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 513 p.

SALEM, Sara. Pinkwashing Palestine and the Middle Eastern uprisings. **MnM Commentary**, N.20, 2012. Disponível em: <<https://www.unisa.edu.au/Documents/EASS/MnM/commentaries/salem-pinkwashing.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016

SALTER, Mark B. **Barbarians and civilization in international relations**. London: Pluto Press, 2002, 229 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, N.79, p. 71-94, nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Boaventura: “chegou a hora de uma nova esquerda”. **Combate Racismo Ambiental**, 10 maio 2016. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/?p=216110>>. Acesso em: 18 maio 2016.

SCHULMAN, Sarah. Israel and ‘Pinkwashing’. **The New York Times**, 22 Nov. 2011. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html?_r=1)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SEGUER, Lucía. De la normatividad queer en la construcción de la nación a la resistencia política queer: un debate en la relación Israel-Palestina. **Universitas Humanística**, N.68, p.261-280, 2014.

SEMERENE, Gabriel. Israel lava mais rosa. **Revista Geni**, N.14, ago. 2014. Disponível em: <<http://revistageni.org/08/israel-lava-mais-rosa/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, V. 2, N. 3, p. 374–402, Oct. 2000.

SOMERSON, Wendy Elisheva. Queering Palestinian Solidarity Work. **Tikkun**, V. 28, N 3, p.58-61, Summer 2013.

TEIMOURI, Mahdi. On the question of overlap between the Post-colonial and the Postmodern. **Sarjana**, V.27, N.2, p.1-12, Dec. 2012.

WEBER, Cynthia. Why is There no Queer International Theory? **European Journal of International Relations**, V.21, N.01, p.27-51, mar. 2015.

WEAVER, Matthew. Transgender woman heckles Barack Obama at White House gay pride event. **The Guardian**, 25 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.theguardian.com/us-news/2015/jun/25/barack-obama-heckled-transgender-woman-gay-pride-white-house>>. Acesso em: 17 maio 2016.

WILCOX, Lauren. Queer Theory and the "Proper Objects" of International Relations. **International Studies Review**, S/N., p. 612-615, 2014.